



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Audiência Pública/Reunião Ordinária	Nº: 0803/11	DATA: 15/06/2011
INÍCIO: 10h19min	TÉRMINO: 14h19min	DURAÇÃO: 04h00min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h00min	PÁGINAS: 88	QUARTOS: 48

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTONIO PATRIOTA – Ministro de Estado das Relações Exteriores.

SUMÁRIO: Debate sobre a ocorrência de obstáculos opostos pelas autoridades espanholas de fronteira ao ingresso na Espanha de brasileiros regularmente documentados; esclarecimentos acerca da situação política dos países do Norte da África e do Oriente Médio, bem como as diretrizes da política externa do atual governo e as perspectivas das relações internacionais; debater e aprofundar o conhecimento relativo aos acordos celebrados durante a visita do Presidente norte-americano Barack Obama ao Brasil, entre 19 e 21 de março de 2011; esclarecimentos sobre as ações de ajuda institucional aos brasileiros residentes no Japão e ao povo japonês; esclarecimentos sobre o atendimento dispensado aos cidadãos brasileiros em situação regular que se destinam aos aeroportos da Espanha e debate sobre o atendimento dispensado aos turistas brasileiros em situação regular que se destinam aos aeroportos dos EUA e países da Europa, em especial Espanha.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Há número regimental.

Declaro aberta a reunião.

Solicito à Secretária que proceda à leitura das atas da 17ª reunião extraordinária de audiência pública e da 18ª reunião ordinária de audiência pública, realizadas em 8 e 9 de junho de 2011, respectivamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Por solicitação do ilustre Deputado Geraldo Thadeu, fica dispensada a leitura das atas da 17ª reunião extraordinária e da 18ª reunião ordinária de audiência pública, considerando que foram distribuídas cópias das atas aos Srs. Parlamentares.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação as atas.

Os Srs. Parlamentares que forem pela aprovação das atas permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Expediente.

Comunico que o Exmo. Sr. Deputado Marco Maia convida V.Exas. para participarem de encontro com o Secretário-Geral das Nações Unidas, o Sr. Ban Ki-moon, no dia 16 de junho, amanhã, quinta-feira, às 17 horas, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Comunico ainda aos membros que recebi na tarde de ontem, 14 de junho, visita de Parlamentares da Comissão de Relação Exteriores da Câmara dos Comuns do Reino Unido, liderada pelo Exmo. Sr. Deputado Richard Ottaway, Presidente da Comissão e Presidente da delegação.

Informo aos Srs. Parlamentares que participarão da reunião extraordinária de audiência pública logo após esta reunião membros desta Comissão e da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, em especial o Deputado Romário e o Deputado Ruy Carneiro, por terem apresentado requerimento, que foi aprovado na Comissão supracitada, solicitando ao Ministro informações sobre o atendimento dispensado aos cidadãos brasileiros nos aeroportos da Espanha.



Informo também que esta Comissão recebeu do Ministério das Relações Exteriores mensagem sobre brasileira inadmitida no Aeroporto de Barajas, em Madri, Espanha. Segundo informou a autoridade fronteiriça espanhola, a brasileira, em estado alterado, teria recebido atendimento médico no aeroporto, em face de seu visível nervosismo. A autoridade policial nega a ocorrência de quaisquer maus-tratos à cidadã brasileira e afirma que lhe foi facultada a compra de passagem para retorno ao Brasil em voo direto.

O Itamaraty continua a receber cotidianamente relatos de brasileiros inadmitidos na Espanha. Tais relatos são encaminhados à Embaixada da Espanha no Brasil, a qual responde de maneira protocolar, limitando-se a apontar as razões formais da denegação de entrada em mais de uma ocasião. O Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior recebeu o Embaixador da Espanha no Brasil para tratar do assunto.

Comunico aos membros que nos dias 5, 6 e 7 de outubro próximo será realizada a IV Conferência Brasileiros no Mundo, em Brasília. A conferência tornou-se o principal fórum de debates sobre a política governamental para as comunidades brasileiras no exterior e reúne as principais autoridades, lideranças comunitárias e estudiosos interessados no tema, tornando-se uma reunião de trabalho em que serão apresentados resultados práticos das ações do Governo brasileiro na área consular implementadas nos últimos anos.

Enfim, comunico que o Brasil recebeu carta da nova composição da Comissão Permanente Especial de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Assembleia Legislativa da Costa Rica. Ressalto que a Presidente da Comissão Especial, Maria Jeannette Ruiz Delgado, mencionou em sua carta o desejo de dar seguimento à formação de grupos de amizade parlamentar.

Por último, esta Comissão manifesta preocupação com o decreto assinado pelo Presidente da Bolívia Evo Morales legalizando automóveis roubados, na sua grande maioria de cidadãos brasileiros de vários Estados da Federação. Esse decreto, que foi notícia na imprensa internacional e na imprensa brasileira, é, eu diria, uma afronta. Em vez de agir no sentido de devolver esses veículos que se encontram no seu território, o Governo, o Presidente da Bolívia, país nosso vizinho, na busca de dividendos para o Erário boliviano, assina um decreto que é uma



afronta contra qualquer política de segurança — e partindo de um país amigo! —, um decreto legalizando esse roubo de que foram vítimas trabalhadores brasileiros, cidadãos brasileiros.

É esse o nosso manifesto em relação ao decreto presidencial do Sr. Presidente da Bolívia Evo Morales.

Passamos à Ordem do Dia.

Item 1 da pauta: Requerimento nº 39, de 2011, do ilustre Deputado Alfredo Sirkis, no sentido de que *“seja convidado o Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica, para em audiência pública tratar das informações publicadas na imprensa sobre situações de risco de colisões aéreas.”*

Tem a palavra o autor do requerimento, o ilustre Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Bem, Sr. Presidente, houve de fato essa notícia numa revista de grande circulação, dando conta de que o número de situações de alarme, de risco de colisão no espaço aéreo em volta da Capital Federal foi comparável ao total registrado no mesmo ano em todo o território dos Estados Unidos. Essa informação provoca preocupação por motivos óbvios, até porque praticamente todos nós partimos de Brasília e voltamos para cá pelo menos uma vez por semana. E já houve, 3 anos atrás, se não me engano, aquele episódio com o avião da GOL, e houve todo um conflito em torno da luta dos controladores aéreos, e nós de fato desconhecemos quais foram, depois de todos esses episódios, as providências tomadas, e se houve ou não melhora na questão de segurança, do controle do espaço aéreo. Então, parece-me que seria interessante, na medida em que se trata de um convite, ouvir o Comandante da Aeronáutica, que pode delegar essa tarefa a alguém tecnicamente habilitado para falar em nome dele.

Houve inclusive um colega da Comissão que me sugeriu que fosse incluído outro órgão...

O SR. DEPUTADO VITOR PAULO - Peço a palavra pela ordem, Presidente.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sim, sim, concedo-lhe um aparte.

O SR. DEPUTADO VITOR PAULO - Na parte em que o Deputado disse que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Em processo de votação não se pode permitir aparte, ilustre Deputado.



O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Está bem, então ele encaminhará a votação, mas parece-me pertinente a sugestão do colega aqui presente. De toda maneira, essa é uma situação que nos interessa profundamente que seja esclarecida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Para discutir o requerimento, concedo a palavra ao ilustre Deputado Vitor Paulo.

O SR. DEPUTADO VITOR PAULO - Muito obrigado.

Sr. Presidente, nobres Parlamentares, eu conversei com o Deputado Alfredo Sirkis e considero extremamente importante o requerimento do nobre Deputado para convidar o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito. Como disse o Deputado, se não puder comparecer, ele pode indicar alguém que seja conhecedor dessa área, que domine essa área e que certamente o representará muito bem aqui.

O que eu gostaria de incluir nesse requerimento, Sr. Presidente, Deputado Sirkis, é um convite também ao Secretário de Aviação Civil. Ele, sim, é a pessoa credenciada, o Dr. Wagner Bittencourt, que é o novo Ministro da Secretaria de Aviação Civil — SAC, para, juntamente com o Brigadeiro Saito, ou alguém indicado pelo Brigadeiro, vir aqui discutir esse tema que nós achamos extremamente importante, e que inclusive foi o tema que ontem V.Exa. levantou, quando encaminhou ao Presidente Marco Maia um projeto de lei da Comissão de Relações Exteriores, sugerindo que seja dada relevância a esse tema no debate do próprio projeto de lei que foi encaminhado pela Comissão de Relações Exteriores.

Então, quero acrescentar ao requerimento do nobre Deputado Alfredo Sirkis o convite ao Secretário de Aviação Civil Dr. Wagner Bittencourt. Era esse o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Tem a palavra, para discutir, o ilustre Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, só quero lembrar que esse mesmo tema foi objeto de audiência pública na Comissão de Turismo na semana retrasada. Estava presente aqui naquele momento o Diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo — se não me falha a memória, o Major Ramon Borges Cardoso —, e todo esse debate ocorreu inclusive em face dessa notícia divulgada pela imprensa.



Eu não sei se é o caso de ficarmos repetindo audiências ou de nós solicitarmos a gravação daquela audiência para ouvirmos aqui, principalmente o autor do requerimento, se ali há uma resposta, e só posteriormente fazermos outra audiência pública para tratar do tema, senão nós vamos repetir audiências públicas; simplesmente, agora, em vez de vir o major, viria o Tenente-Brigadeiro-do-Ar, que provavelmente traria como assessor o mesmo Sr. Ramon Borges Cardoso.

Então, eu faço esta consulta: não seria o caso de nós buscarmos a gravação dessa audiência pública, para que seja ouvida pelo autor do requerimento? E, se necessário, faremos a audiência pública. Quanto ao mérito, nada a opor; é que simplesmente poderemos estar repetindo outra audiência pública sobre o mesmo tema com outra pessoa. Só quero fazer essa lembrança e solicitar essa informação ao nobre Deputado; se for o caso, podemos até completar, com mais um pedido de informação, só para ganharmos tempo. Quanto ao mérito, não há oposição de nossa parte, só esta lembrança de que vamos repetir a outra audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Bom, eu gostaria de ouvir o autor, pelo menos, senão estaria falando para as paredes, o que é muito ruim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Ilustre Deputado, V.Exa. fez o pedido, mas ele não se manifestou.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - O momento é apropriado? Não, eu penso que nós deveríamos aprovar a solicitação, que foi feita ao mesmo tempo que a da Comissão de Turismo, mas nós temos um enfoque um pouco diferente, que envolve, eventualmente, aspectos atinentes à defesa nacional. Mas penso que deveríamos receber as transcrições daquela audiência e, se houver o consenso de que todas as informações são satisfatórias e não há necessidade de fato de procedermos a essa audiência, dispensaríamos a realização da audiência.

Então, eu sugiro a inversão do critério, embora, eventualmente, até com as mesmas consequências.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Mantém-se a votação?

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Com esta ressalva: de que nós tenhamos acesso ao relatório e a tudo que foi dito naquela ocasião, e se alguns de nós considerarem que de fato cabem mais esclarecimentos manteremos a audiência; se houver o consenso de que as informações são satisfatórias, dispensaremos a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Dr. Rosinha, ele fez uma ressalva. V.Exa. concorda?

Portanto, com a concordância do Deputado Dr. Rosinha à sugestão do Alfredo Sirkis, autor do requerimento, em votação o item 1, Requerimento nº 39, do Deputado Alfredo Sirkis.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 2: Requerimento nº 41, de 2012, do Deputado Dr. Rosinha, que solicita a aprovação de moção. Há dois requerimentos tratando do mesmo item. Eu gostaria de pedir ao ilustre Deputado Arlindo Chinaglia que pudéssemos reuni-los, já que o próximo item, o item 3, é um requerimento de autoria dos ilustres Deputados Arlindo Chinaglia e Paulo Teixeira, e os dois tratam do mesmo assunto. Ambos visam à aprovação de moção de felicitações ao novo Presidente eleito da República do Peru, Sr. Ollanta Humala. Ah, desculpem-me; um deles visa à indicação do José Graziano da Silva.

Quanto ao requerimento do Dr. Rosinha, manifesta a assessoria que a moção é antirregimental. Poderíamos fazer uma alteração para voto de louvor, e voto de louvor requer votação nominal, mas eu tenho certeza de que todos votarão, até porque nós estamos felizes demais com a terceira eleição democrática no Peru, e esperamos que aquele país, que já elegeu Toledo, Garcia e agora Ollanta Humala, possa rumar para uma democracia forte, aqui na América do Sul.

Tem a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando eu apresentei o requerimento, a moção seguiu em anexo, justamente por



causa essa preocupação de V.Exa. Então, no requerimento, eu proponho a moção de felicitação ao novo Presidente eleito da República do Peru, o que é muito tranquilo; depois dos “considerandos”, eu só acrescento que enviamos nossas felicitações ao novo Presidente eleito da República do Peru, Sr. Ollanta Moisés Humala Tasso, e manifestamos nossos votos de que tal eleição redunde num governo pleno de realizações e no adensamento das relações bilaterais Brasil-Peru. É bastante simples. Isso nós já aprovamos em outros momentos nesta Comissão, em relação a outros presidentes eleitos. Então, é só para mantermos as relações diplomáticas desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Ilustre Deputado, informa-nos a assessoria que no Regimento não se prevê a moção, e a Secretaria-Geral da Mesa, por não estar no Regimento, não aceita. Eu não vejo nenhum impedimento; agora, eu quero que o requerimento seja aprovado e seu conteúdo seja comunicado ao seu destinatário. A preocupação é no sentido de colaborar com V.Exa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, na forma regimental que couber, já que há uma vontade, não há oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - De voto de louvor, no entanto, temos de fazer votação nominal. Que nós façamos então, rapidamente, sem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É que se fizermos a votação nominal vai cair a sessão. É melhor, então, deixar para outra oportunidade, ou para o final, quando houver um *quorum* maior, até porque eu sei que moção requer voto nominal e por isso fiz um requerimento, para aprovarmos na forma de requerimento; a moção está em anexo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Eu não vejo nenhum inconveniente também; o único problema é que a Secretaria-Geral da Mesa não vai, portanto, referendar a aprovação desse requerimento de V.Exa. No sentido de colaborar, o que nós podemos também fazer é um ofício da Comissão, assinado por todos os membros. Eu não vejo qualquer problema, até porque todos os brasileiros torcem muito pela democracia na América do Sul. O Peru experimentou agora a terceira eleição consecutiva, uma eleição democrática, disputada, e alguém tinha de



ser vencedor; Ollanta Humala é o vencedor, e eu não tenho dúvida alguma de que todos os membros desta Comissão, independentemente de qualquer partido, está torcendo pelo país vizinho.

A sugestão, Deputado Rosinha, é de que V.Exa. encabece a assinatura; eu assino, como Presidente, e todos os demais assinarão um ofício, um documento oficial da Comissão dirigido ao Governo peruano por intermédio de sua embaixada aqui no Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu agradeço ao nosso Presidente a boa vontade, e pergunto se não pode ser esse mesmo, se não podemos assinar a moção que está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Sem problemas. Não vejo qualquer inconveniente.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então, está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Item 3: Requerimento nº 42, de 2011, do ilustre Deputado Arlindo Chinaglia e do Deputado Paulo Teixeira, Líder do PT nesta Casa, que requerem *“voto de apoio à candidatura do Professor José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização Geral das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) no período 2012-2015. A eleição ocorrerá durante a 37ª Sessão da Conferência da FAO, a realizar-se de 25 de junho a 2 de julho, em Roma.”*

Tem a palavra o ilustre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Bem, Sr. Presidente, prezados pares, primeiro, é uma candidatura que o Brasil apresenta. O sentido, portanto, de haver aqui uma eventual aprovação, que é o que estamos propondo, do nome do Prof. José Graziano para o cargo de Diretor-Geral da FAO, é evidentemente o de mostrar a unidade do Parlamento brasileiro para fazer a disputa com outros concorrentes que representarão outros países e regiões.

Como consta no requerimento, só para aqueles que não tiveram ainda a oportunidade de ler, o Prof. Graziano desde 2006 já ocupa o cargo de Subdiretor-Geral da FAO, e ele é o representante regional da América Latina e do Caribe, com sede em Santiago, no Chile. Ele tem uma trajetória acadêmica invejável. Portanto, ele reúne, na nossa opinião, as condições pessoais.



Em segundo lugar, é uma candidatura brasileira para um órgão importante, em que o Brasil tem dado seguidas demonstrações da sua capacidade como um todo — trabalhadores, empresários, acadêmicos, pesquisadores — na área da agricultura, na área do meio ambiente, ou seja, em tudo aquilo que é correlato a algo tão importante como a nutrição de todos os povos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Ilustre Deputado Arlindo Chinaglia, V.Exa., com a força que tem como ex-Presidente desta Casa, sabe melhor do que eu. Sou informado pela assessoria de que voto de apoio também é antirregimental.

Confesso a V.Exa. que devemos mexer nesse Regimento. Se a Comissão não pode fazer um voto de apoio à candidatura de um brasileiro para presidir um organismo internacional, e da mesma maneira também fazer uma moção cumprimentando o Presidente eleito de um País, vejo que temos de mexer nesse Regimento. E V.Exa. pertence ao maior partido que já por muitos mandatos está administrando a Câmara Federal; então, vou jogar a responsabilidade em suas mãos (*risos*), para que faça gestões junto ao Presidente Marco Maia e às Lideranças dos partidos que compõem a maioria desta Casa a que V.Exa. pertence no sentido de mexermos nesse requerimento.

Eu fico aqui impedido também, e sugiro, atendendo aqui à orientação da assessoria, o mesmo encaminhamento que foi dado ao requerimento do Deputado Rosinha, porque o Regimento impede o voto de apoio.

V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Bem, eu não deveria estar “pagando este mico” (*risos*), visto que fui Presidente da Casa. Então, eu tenho de mostrar para todo o mundo que, partindo da mesma perplexidade — e os risos aqui na minha retaguarda demonstram que fiz bem em comentar —, dei vazão a esta discreta vingança. Mas, de qualquer maneira, eu, ao ser alertado por V.Exa., vou ver como fazer, até porque eu queria agora pedir a ajuda da assessoria da Comissão.

Quando havia um Embaixador brasileiro junto à UNESCO que pretendia ser o coordenador ou — eu não lembro mais qual é o termo adequado — o Diretor-Geral da UNESCO, lembro-me de que aprovamos o voto de apoio aqui, por iniciativa, à época, do Deputado Narcio Rodrigues, só que eu era o Presidente e ele o Vice-



Presidente; pode ser que com aquela força tenhamos conseguido ir mais longe. Então, eu queria verificar essa possibilidade, porque me parece que haveria esse precedente, mas acato a orientação de V.Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - A assessora lembra que o voto de apoio foi transformado em ofício, e podemos fazer o mesmo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Que seja feito. Deve ter sido feito assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - E vamos também comprometer-nos a fazer mudanças nesse Regimento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E, na medida em que V.Exa. não falou em coreano e eu entendi perfeitamente (*risos*), então eu procurarei atender a esse pleito, que é nosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Obrigado a V.Exa.

Como os dois próximos requerimentos são de minha autoria, peço ao ilustre Deputado Fábio Souto, Vice-Presidente, que assuma a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Bom dia a todos.

O próximo item é o Requerimento nº 43/11, do Sr. Carlos Alberto Leréia, que solicita que esta Comissão aprove e encaminhe Requerimento de Indicação, via Mesa Diretora desta Casa Legislativa, à Presidenta da República, com cópia para o Ministro-Chefe das Relações Exteriores, sugerindo que o Brasil se posicione contra a inclusão do crisotila no Anexo III da Convenção de Rotterdam que versa sobre os produtos que necessitam de autorização prévia do país importador (Prior Informed Consent), durante o encontro da Conferência das Partes - COP que ocorrerá em Genebra na Suíça dias 20 a 24 de Junho de 2011, por organização da UNEP (Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas) e da FAO (Organização da Agricultura e Comida das Nações Unidas), ambas entidades da Organização das Nações Unidas (ONU)."

Tem a palavra o autor do requerimento, o Deputado Leréia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Apresentei esse requerimento, nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para que seja encaminhada à Sra. Presidente Dilma



Rousseff e ao Ministro-Chefe das Relações Exteriores Antônio Patriota a indicação, em anexo, de que o Brasil se posicione contra a inclusão de crisotila no anexo III da Convenção de Rotterdam que versa sobre os produtos que necessitam de autorização prévia do país importador (*Prior Informed Consent*), durante o encontro da Conferência das Partes, que ocorrerá em Genebra, na Suíça, nos dias 20 a 24 de junho de 2011, por organização do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e da FAO, ambas entidades da Organização das Nações Unidas.

O Brasil abriga a terceira maior mina do mundo de amianto crisotila — portanto, o amianto branco —, a Mina de Cana Brava, localizada na minha cidade, Minaçu, noroeste do Goiás. De lá são extraídas 302 mil toneladas do minério por ano, dos quais 53% são para consumo interno e 47% são exportados *in natura* para mais de 100 países no mundo.

Eu gostaria de salientar que se o Brasil aceitar essa inclusão — e todos sabem que o consumo do amianto crisotila é um problema de saúde ocupacional e, portanto, não de saúde pública — vai-se criar um problema para uma matéria-prima que é conhecida desde a época do Império Romano, quando já se usava o amianto. E todos sabem que a briga do amianto é uma briga comercial, pois querem substituí-lo por fibras sintéticas, feitas com produtos químicos.

Portanto, trata-se nada mais, nada menos do que o País se posicionar em defesa de uma matéria-prima de que o Brasil uma das maiores reservas do mundo, e o amianto no Brasil não é usado como foi usado na Europa, como revestimento de parede, como isolante térmico. É usado no fibrocimento. E todos sabem que se o problema é de saúde ocupacional é fácil, portanto, fazer a defesa.

É esse o encaminhamento, e gostaria de pedir o apoio dos colegas Parlamentares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Em discussão o requerimento.

Tem a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse tema aparentemente é simples, mas na verdade não é um tema tão simples assim. Eu, além de médico pediatra, também tenho especialidade em saúde do trabalhador. Eu fiz pediatria e depois eu fiz uma segunda especialidade. E aqui na Câmara dos Deputados nós já tivemos Comissão Especial para analisar a questão



da fibra de amianto crisotila, e há estudos e debates internacionais que mostram que essa fibra é cancerígena. Causa mesotelioma, que é o câncer de pleura, podendo também ocorrer o de peritônio.

Leio aqui trecho de um estudo feito pelo Ministério Público do Trabalho:

“(...) com tantas evidências idôneas de natureza experimental, anatomopatológica e, principalmente, de natureza epidemiológica, demonstradas ao longo de tanto tempo e em tantos lugares diferentes, e por tantos diferentes pesquisadores e estudiosos, não sobrevivem os argumentos em defesa da inocuidade do asbesto-crisotila.

Pelo contrário, essa fibra mineral, “pura” ou “contaminada” — canadense, russa, chinesa, italiana ou brasileira —, tal como seus anfibólios-irmãos, também causa asbestose, câncer de pulmão, mesotelioma de pleura ou de peritônio, afora outras tantas doenças.”

A própria condição de trabalho na mina pode gerar a asbestose, uma doença profissional transcrita desde a Idade Média, que atingia os antigos fabricantes de tijolo. Então, não há evidência alguma da existência de um limite de tolerância. Qualquer fibra, por menor que ela seja, pode desencadear esse processo. Ocorre que geralmente o câncer mesotelioma aparece depois de 20 anos, inclusive depois de a pessoa ter deixado de trabalhar. Há uma mina de amianto que deixou de funcionar há cerca de 30 ou 40 anos, no Estado da Bahia, e até hoje ainda aparecem doenças profissionais causadas pelo amianto.

No requerimento o nobre Deputado Leréia diz que há um anexo, mas esse anexo do requerimento não nos foi distribuído, Deputado, e eu gostaria de ter acesso a ele. E também no requerimento V.Exa. informa que há estudos da USP, da UNICAMP e da UNIFESP que mostram que não há prejuízo no uso da crisotila. Então, eu peço inclusive cópia desses estudos, porque eu gostaria de analisá-los para pautar meu voto. Em tudo aquilo que eu conheço, como profissional da saúde, como médico com especialidade em saúde do trabalhador, e em todos os relatórios e auditorias que tenho visto, há evidências de que o amianto causa patologias. Há essa questão no relatório de que se usa a telha, e usar a telha não causa câncer, mas, ao se cortar a telha, desprega-se a fibra. Usar na caixa d'água não há provas



de que cause câncer, mas ao ser cortada ou quebrada a caixa d'água pode ser inspirada a própria fibra.

Depois dos atentados do World Trade Center, boa parte da preocupação que tem hoje o povo americano é com o que vai ocorrer 20 anos depois, uma vez que todo o forro contra o fogo e o forro interno para manter a temperatura eram de amianto, e aquela poeira que se espalhou ao desabarem os prédios, boa parte daquilo era poeira de amianto, com fibras de amianto. Então, há uma preocupação agora com o que vai ocorrer no futuro. Assim sendo, eu peço-lhe o anexo do requerimento, para tomar conhecimento dele, para me sentir mais à vontade para votar, e gostaria de obter os estudos. Caso contrário, não tendo acesso a esses estudos, eu sou obrigado a votar contra esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, em relação ao Requerimento nº 43, do Presidente Carlos Alberto Leréia, eu queria dizer que esse debate sobre a questão do amianto é antigo, é complexo, e vem merecendo de todos os estudiosos de saúde pública no nosso País um rigor muito grande.

Que o amianto é elemento cancerígeno estudos que foram feitos por especialistas comprovam. Se quiserem, nós podemos até fazer uma audiência pública, e nós conhecemos especialistas nessa questão para indicar. É um tema muito complexo, e eu acho que nós não poderíamos decidir sem um estudo mostrando o contrário, sem um arrazoado que nos mostre que não há problema algum nessa questão. E eu quero dizer que eu também fui autor de um projeto de lei nesta Casa que tratava do mercúrio e do amianto como elementos extremamente prejudiciais à saúde do trabalhador, e também à saúde do consumidor, dado que produtos feitos com amianto estão em exposição pública.

Eu entendo que vários estudos foram feitos. Em vários países do mundo inclusive o uso do amianto já foi proibido. Portanto, eu acho que para apresentarmos uma moção que vai passar pela Direção da Casa, com a responsabilidade da Casa, para sugerir algo assim à Organização das Nações Unidas, precisaríamos ter muito mais certeza sobre isso. Então, eu pediria que nos fossem apresentados esses estudos que embasam o argumento da inexistência de consequências nocivas da



utilização desse produto para o povo brasileiro, para a saúde do cidadão, do consumidor, e que chamássemos aqui estudiosos de saúde pública. Aí, sim, nós poderíamos considerar.

Assim, eu quero endossar as palavras do Deputado Dr. Rosinha. Se não for feito isso, eu votarei contra o requerimento, pelos estudos que eu conheço, pelo acúmulo de informações que eu tenho dessa área.

Acho que o Deputado Leréia é de um Estado produtor e certamente está pensando nos empregos lá. Há uma questão sindical envolvendo esse tema. Os trabalhadores nas minas também são vítimas dessa questão. Então, eu pediria que, primeiro, fosse-nos dado a conhecer o arrazoado que embasa essa proposta, e que pudéssemos até fazer uma audiência pública sobre esse tema aqui. Eu gostaria de chamar especialistas nessa área, porque eu tenho sugestões a fazer, de universidades ou de fiscais do Ministério do Trabalho, para que nós pudéssemos avançar neste debate.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Eu ainda quero argumentar, talvez no sentido de colaborar com os ilustres colegas Parlamentares. Ocorre que meu requerimento não é endereçado a nenhum organismo internacional. É endereçado à Sra. Presidente da República do Brasil, Dilma Rousseff, que com certeza, como foi Ministra de Estado de Minas e Energia, foi Ministra da Casa Civil e é Presidente do Brasil, vai ter discernimento para saber se envia ou não, e ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil. A convenção ocorrerá nos dias 20 a 24 de junho, e eu não me furto a fazer uma rodada, a fazer uma audiência pública aqui; só que há uma data, e é um organismo internacional.

Pergunto se o Brasil deve aceitar esse tipo de comportamento quanto à questão do amianto. Sobre as questões de saúde, eu fico muito tranquilo, porque a radiação que ajuda no combate ao câncer também traz danos à saúde humana. Os raios solares, se não houver proteção, também causam dano à saúde humana. Então, eu fico muito tranquilo quanto a essa questão. Até medicamentos devem ter a dosagem correta. E, quanto ao amianto, todos sabem que o amianto é usado desde a época do Império Romano. Na crosta terrestre, em 60% da crosta terrestre há amianto. Portanto, não é um material desconhecido do ser humano. É provável que se furarmos o solo aqui encontremos amianto. Não é extraído porque do ponto de



vista econômico isso não é compensativo. Só é compensativo quando ocorre em grande quantidade, como exposto, e já está comprovado que o problema do amianto é de saúde ocupacional. Portanto, não é de saúde pública.

Esse requerimento para o qual estou pedindo o apoio dos pares refere-se a uma reunião que ocorrerá, conforme aqui anunciado, nos próximos dias. O Brasil aceita isso em relação ao amianto crisotila? Vendemos 50% para mais de 100 países do mundo. Será que são mal informados esses 100 países do mundo que compram do Brasil, fora os que usam? A Europa usou e abusou do amianto como revestimento de parede. De repente a empresa que extraiu amianto, inclusive na Bahia, o grupo francês Saint Gobain, que usou amianto, vendeu amianto por este País afora, era dono da mina na Bahia, era dono da mina em Goiás, está hoje fora do negócio do amianto. Por que é que venderam tanto? Então, se era tão ruim assim, por que é que eles não indenizaram quem estava lá? Depois deixaram esse mercado, e hoje fazem campanha contra ele.

Então, há uma briga comercial. Eu gostaria de pedir apoio aos pares, àqueles que tiverem condições. O requerimento é apenas endereçado à Presidenta da República, que, se achar que é danoso ao Brasil, não o enviará, assim como o Ministro de Relações Exteriores. Agora, na Comissão, estou fazendo pedido aos pares em relação a esse assunto que será debatido nesse encontro que haverá em Genebra, na Suíça.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia e, logo em seguida, V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente Leréia, eu, naturalmente, depois daquele requerimento em que fui informado publicamente que não podia, eu quero dar um relato, porque naturalmente eu me senti incomodado e chamei a assessoria da bancada do PT.

Quais foram os passos? Eu alertei sobre a possibilidade de ser antirregimental, mas, de fato, havia uma tolerância outrora, inclusive nesta Comissão. A Secretária da Comissão informou isso à assessoria do PT. A Secretária da Comissão informou à assessoria do PT que ia para a pauta. Aí, foi interpretado pela assessoria do PT que, portanto, estaria dentro daquele diapasão.



Estou aqui relatando — em Medicina é S/C, Segundo Informações Colhidas — porque eu devia essa explicação. Na verdade, o que foi informado, e o aplaudo e parabenizo por isso, é que V.Exa. fez essa escolha de trazer o debate a público exatamente para provocar aquele outro debate de mudança no Regimento. Só para deixar claro que tentamos fazer de forma correta.

Quanto a este seu requerimento, V.Exa. foi muito honesto intelectualmente ao dizer, mais uma vez, que o amianto é um problema de saúde ocupacional. Todos os profissionais da saúde de alguma maneira têm uma posição contrária à utilização do amianto, o que não nos impede, naturalmente, de verificar que isso tem, primeiro, interferência na economia, tem atividades econômicas — esse aqui é de um Município goiano. Daí entendermos também o seu natural empenho de representar o povo goiano. E até a própria presença de vários Parlamentares aqui demonstra o interesse que o tema traz.

Mas quero ponderar que V.Exa. tem toda a razão. Trata-se de um ofício endereçado à Presidência da República e ao Ministro. A diferença é que iria, ou irá, com o apoio da Comissão. Diante disso, para aqueles que ainda, porventura, não têm opinião formada, eu acho que daria tempo, e poderíamos produzir um acordo imediato. V.Exa. determina a data em tempo hábil e, em seguida, fazemos a votação. Acho que é um caminho apropriado, até porque acho que não devemos nos furtar de compatibilizar aquilo que é pretensão da saúde pública e aquilo que são interesses econômicos. Inclusive, já vivenciei situação em que dirigentes de sindicatos de trabalhadores defendiam a utilização do amianto, além do empresário. Ou seja, acho que seria útil e, se V.Exa. entender que dá tempo, poderemos fazer semana que vem, tipo terça-feira.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - A sugestão de V.Exa., acompanhando a orientação, é muito bem-vinda. Ocorre que existe uma data. Essa decisão ocorrerá na Suíça, do dia 20 ao dia 24. Então, V.Exa. não tem nem tempo hábil.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Já é semana que vem?

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Nós já temos um agendamento na próxima reunião. Então, na próxima já não seria. Esse é o problema. E estou enviando às autoridades que conhecem o assunto. Tenho certeza



de que a Presidenta Dilma Rousseff conhece de perto; o ex-Presidente Lula inclusive visitou a mina. Lá esteve, almoçou na mina. Lembro-me de que era 1994, na Caravana da Cidadania. A Deputada Íris Araújo, aqui presente e que é de Goiás, conhece o assunto.

Confesso que...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, retiro, porque, de fato, V.Exa. tem razão.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Haverá uma decisão de um organismo internacional, que pode ou não prejudicar o País. Agora, não é pauta do requerimento a discussão da saúde. Esses assuntos, com certeza, serão discutidos em outras Comissões deste Parlamento.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - O Deputado Geraldo havia pedido anteriormente, em seguida, concedo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, com relação à solicitação que o Deputado Leréia faz, entendo perfeitamente que aqui não está se discutindo a questão da saúde, até porque, e com a informação que ele traz no requerimento, baseado em estudo da USP, UNICAMP e UNIFESP, que são universidades da maior representatividade e seriedade, eu vejo que esse requerimento pode muito bem passar. E que ele seja acompanhado desses esclarecimentos que o Deputado Leréia coloca nesse requerimento à Presidenta Dilma.

É claro que se houver alguma dúvida futuramente, que esse debate seja feito, até porque eu tinha uma relatoria nesse assunto, no ano anterior, mas, devido ao período, não houve tempo suficiente, passou. Eu acho que é um debate interessante em termos de, como disse o Deputado Leréia, trabalho ocupacional, mas eu não vejo que essa seja uma outra questão, e o Governo vai ter realmente informações, por meio da própria orientação desse requerimento, para saber se é válido ou não para fazer essa recomendação.

Então, eu acredito que deve ser aprovado. E, se houver interesse em debater esse assunto, que se debata no futuro, na questão de risco à saúde.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Muito obrigado, com a palavra o Deputado Ivan Valente. Logo em seguida o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, eu queria contestar uma questão. Eu não concebo que essa seja apenas uma questão de saúde ocupacional, porque os produtos que são usados com asbestos atinge a população como um todo. Se houver um produto que possa estar exalando asbestos num material de construção, ele pega o conjunto dos consumidores, dos cidadãos.

Eu queria, sem dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Eu peço que seja respeitada a palavra do Deputado Ivan Valente. Não é possível que o Deputado não possa se pronunciar por causa do barulho desta Comissão. Senão vou pedir que algumas pessoas se retirem.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Presidente.

Eu quero dizer ao Deputado Leréia o seguinte: sinceramente, dizer que estudos da USP, da UNICAMP, da UNESP e da UNIFESP avalizam essa questão não me convence, porque eu já vi estudos dessas universidades, em especial da UNIFESP, que é um dos maiores produtores de pareceres sobre a questão de saúde, contrários ao amianto, assim como do Ministério do Trabalho. Então, aqui é uma questão de responsabilidade. Quer dizer, a Câmara vai encaminhar à Presidente da República para que o Brasil decida lá no exterior a favor do amianto, não. Nós temos a nossa responsabilidade para com a Presidência da República, que levará a posição oficial do País.

Particularmente tratei de várias questões, mas quero dizer do mercúrio. Contratar pareceres. Por exemplo, na questão do mercúrio, foi contratado um professor da UNICAMP supercontestado por outros profissionais também. O problema é estatístico, inclusive, de doenças.

Também há países do mundo que usaram o amianto. Se a questão, Deputado Leréia, é de competição internacional, é de saúde pública, não é só ocupacional, eu acho que nós temos que tomar um certo cuidado, porque vários países já baniram o amianto.

Então, o problema é saber se os órgãos dos brasileiros são mais resistentes do que o dos outros. É que nem fazia a ELETROCLORO, a maior produtora de



cloro/sódio através do método de mercúrio. Lá na Bélgica, essa empresa suspendeu o método que utilizava no Brasil, mas aqui no Brasil continuava atuando. Nós combatemos isso. Não é por causa de 2, 3 mil empregos que vamos permitir que milhares de trabalhadores sejam contaminados. A mesma coisa vale para o amianto nas minas e depois na utilização dos produtos que saem de para exportação.

Então, a saúde pública se sobrepõe a esse interesse. A posição do País sobre essa questão deve ser dura, séria. Eu diria que não seria positivo para esta Comissão que saísse daqui algo recomendando à Presidente da República que votasse no Acordo de Roterdã, favorável à liberação desse produto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, V.Exa. me explicou na sala da Comissão de Relações de Exteriores a questão. Eu vejo que a responsabilidade primordial de reconhecer ou não a nocividade do produto e zelar pela saúde dos usuários e trabalhadores que venham a manipular esse produto importado do Brasil é primordialmente do país importador.

Por outro lado, existe uma série de dúvidas a respeito da questão do amianto que, para nos conduzir a uma votação responsável, precisam ser esclarecidas.

A questão do tempo eu entendo, mas penso que cada de um de nós acaba sendo responsável pelo voto que proferiu.

Nesse sentido, com o grau de informação de que disponho neste momento, não me sinto confortável para poder conceder o voto de recomendação favorável a uma postura a ser adotada pelo Governo brasileiro dentro de uma negociação comercial. É bom termos claramente em perspectiva o que estamos discutindo, até porque, por uma questão de coerência, aqueles que de fato acharem que esse produto é extremamente nocivo têm que dar consequência a isso em relação a situações internas no País, porque até para nós é mais importante do que a tomada de posicionamento numa negociação comercial.

De qualquer maneira, eu pessoalmente não me sinto suficientemente esclarecido para votar numa moção pela qual eu e todos nós eventualmente seremos cobrados mais à frente por aqueles que, digamos assim, controlam e fiscalizam como cidadãos o nosso mandato.



Então, eu sou favorável à ponderação feita pelo Deputado Arlindo Chinaglia, para podermos ter maiores elementos. Não me sinto em condições de votar favoravelmente a essa moção se não tiver a possibilidade de ver esclarecida essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Com a palavra o Deputado Claudio Cajado e em seguida a Deputada Íris de Araújo.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, Deputado Fábio Souto, demais membros desta Comissão, nós estamos, de certa forma, polemizando sobre algo por excesso de preocupação, porque essa atividade já está sendo explorada.

Eu perguntaria ao Deputado Leréia se, no Estado de Goiás, no Município de Minaçu, citado na justificativa do requerimento de S.Exa., essa atividade já está sendo praticada. Se essa atividade, fruto da exploração do amianto nesse Município, têm todas as condições de segurança e tem autorização legal do Município, do Estado, do Governo Federal, se for o caso, do departamento que trata de minérios no Ministério das Minas e Energia, para ser praticada.

Se essa atividade já está gerando emprego, já está gerando receita, já está repercutindo economicamente não apenas no Município, mas no Estado, e se o Deputado Leréia sugere apenas que se recomende, é uma indicação... O que eu acho que S.Exa. pretende com isso é pontuar um tema que deve ser objeto de uma discussão que será travada na conferência que será realizada no mês de julho. Daí porque eu não vejo óbice a que nós possamos dar esse apoio, até porque é uma atividade que já está sendo desenvolvida. Se fosse o início de uma atividade que demandasse projetos, pesquisas ambientais, etc., tudo bem, mas não é o caso. Parece-me que o que o Deputado Leréia deseja é pontuar politicamente algo que é importante para a economia de Goiás e conseqüentemente do País.

Então, o Governo brasileiro se posicionar na conferência que ocorrerá na ONU sobre esse tema, não vejo nada demais, sinceramente. Acredito que essa situação deve, talvez, nem ser objeto de indicação aqui na Comissão. Poderíamos argumentar isso: mas para que a Comissão de Relações Exteriores vai fazer indicação nesse sentido? Por esse mérito, eu até poderia admitir. Mas, se o mérito



é a atividade, é o amianto como produto químico, ou equivale a um minério que prejudica a saúde, etc., não está no debate essa questão.

Eu acho que nós estamos enveredando por um caminho que não é o da objetividade que o requerimento propõe. Portanto, eu não vejo dificuldade, nenhum óbice em darmos esse apoio, até porque, se óbice houvesse, por que a Comissão de Relações Exteriores argumentaria tal apoio. Entendeu?

Na minha opinião, o mérito não é esse, o mérito tem que ser focado no apoio do requerimento, que não traz nenhum demérito a que o Brasil possa se posicionar para fortalecer ainda mais a economia de um Estado como o de Goiás, que precisa efetivamente, talvez, de pontuar essa discussão nessa reunião que será realizada.

Portanto, não vejo óbice. Conte com o meu apoio, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Muito obrigado, Deputado Cajado.

Com a palavra a Deputada Íris.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu devo concordar neste momento com o nobre Deputado Claudio Cajado. Considerei que ele fez uma exposição muito clara e objetiva do que nós estamos colocando aqui e apoiando o requerimento do nosso Presidente, Carlos Alberto Leréia. Por quê? Eu também sou de Goiás e a inclusão do amianto crisotila no Anexo III da COP vai acarretar praticamente na sua exclusão do mercado internacional, como tem acontecido com outros produtos que são, comprovadamente, considerados nocivos à saúde.

No caso da crisotila, por exemplo, inúmeros estudos já foram realizados sem comprovação de que é um produto nocivo à saúde. Em Goiás, mais precisamente no Município de Minaçu, onde se localiza a maior mina de amianto de crisotila, de onde são extraídas mais de 300 mil toneladas de minérios por ano, não há registro de contaminação da população.

Essa barreira alfandegária trará enormes prejuízos financeiros ao País, notadamente ao Estado de Goiás, levando-se em conta que a extração e comercialização interna e externa do minério gera aproximadamente 160 mil empregos e indiretos.



Por isso tudo, Sr. Presidente, eu apoio essa iniciativa de encaminhar a presente indicação à Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, tem um barulhinho aí, eu não sei o que é. Deve ser o celular de alguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Arlindo, peço a V.Exa. que seja breve, porque o Ministro já se encontra presente para começarmos a nossa audiência.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu quero tentar conciliar. Porque imagine, Presidente, que evolua para uma votação nominal? O que deverá acontecer? Então, dizem que cavalo bom ganha no fim. Então, vamos tentar encontrar a melhor saída possível.

Veja, o Deputado Cajado acabou de dizer que é uma manifestação política. Eu quero pegar por aí. Veja, fazer uma manifestação política diretamente à Presidência República para que amanhã ela seja cobrada ou aplaudida, não acho prudente. Não acho prudente.

Segundo, quem coordena a posição de governo... Eu quero dar um exemplo aqui, é um testemunho: na Convenção-Quadro do Tabaco, eu fui procurado por Parlamentares do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, Estados do Sul. Quem fez as tratativas naquela oportunidade foi a Casa Civil. Havia a posição da ANVISA, do Ministério da Saúde, a Casa Civil fez a coordenação dos trabalhos, ao final a posição do País ficou definida pela Casa Civil.

Minha proposta, Deputado Leréia, é que possamos eventualmente, independentemente do mérito, fazer um encaminhamento. Eu acho que é mais prudente do ponto de vista político. Falando claramente, eu quero tirar a Presidente da parada, quero tirar o Ministro Patriota da parada. E que façamos, digamos, o posicionamento que V.Exa. defende, e aqui eu digo que, se fosse para votação, eu votaria contra. Mas façamos à Casa Civil. A Casa Civil estará alerta para o fato de que, se a maioria desta Comissão vier a entender que V.Exa. tem razão em sua proposição, pelo menos eu creio que estarei colaborando com V.Exa. para diminuir,



digamos, o grau de interferência política. A Casa Civil é quem coordena as ações, se V.Exa. entender que é apropriado. Senão, a Presidência encaminha os trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Eu consulto o Deputado Leréia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Existe uma data, está aqui agendada, no mês de junho, portanto, na próxima segunda feira, até o dia 24, para que seja analisada essa questão em Genebra, na Suíça.

Quanto ao requerimento que apresento à Presidente Dilma Rousseff, que como ex-Ministra de Minas e Energia conhece a fundo o assunto, podem ter certeza de que ela não vai... Não sei se nós conseguiremos orientá-la, através de decisão nossa. Até porque, se assim fosse, se a Câmara tivesse esse poder junto à Presidente, com certeza o Ministro para assuntos políticos não seria a Ministra Ideli, com certeza seria o nosso querido Deputado Arlindo Chinaglia ou um outro Parlamentar petista desta Casa. Portanto, não estamos com essa bola toda. Agora, ela saberá tomar a decisão.

Sobre a questão que eu vi aqui, até parece que alguns Parlamentares não moram no Brasil. Ouvi as colocações aqui e fiquei assustado. O que tem de casa coberta neste País de Sul a Norte! Se o Governo reconhecer que é problema de saúde pública, terá de trocar, de indenizar as empresas. E as empresas não estão apenas em Minaçu, há várias fábricas pelo País afora. Amianto é usado neste País há muitos anos, tem cobertura de 80 anos sendo usada. Existe lei que regulamenta, feita por este Congresso. Então, eu estou pedindo a uma Casa que no passado regularizou a atividade das fibras naturais e sintéticas do Brasil.

Peço que seja colocado em votação o requerimento. Evidentemente não adianta eu dizer isso, cada Deputado tem liberdade na sua decisão de escolha. Agora, falar para mim sobre amianto no Brasil? Até parece que estamos falando de uma coisa escondida, camuflada que tem lá. Isso não é jogo de cassino, que no Brasil tem, mas vivemos a hipocrisia de dizer que não tem. Amianto é visível, está aí. E se você perfurar na crosta brasileira, você vai achar em 60% do território brasileiro. Aqui no Planalto Central, no Sul, no Nordeste, no Norte ou no Centro-Oeste brasileiro.



Portanto, vamos discutir a coisa com seriedade. O sujeito pode até discordar, ter a posição como médico, como ambientalista, etc. e tal. Agora, desconhecer o tema, que as casas da maioria do povo pobre brasileiro é coberta por amianto? Mais barato do que telha de amianto só a lona, aquele plástico preto para sem-terra. Essa é a verdade. E vivemos com essa realidade do dia a dia. Então, se for algo ruim, o Governo tem que fazer urgentemente a troca dessas telhas, das caixas-d'água. E aí eu lhe pergunto: tem dinheiro para tal? Aí vai ter que substituir por cerâmica, vai ter que queimar a floresta brasileira. Qual outro produto que substitui? Ou, então, fibras sintéticas.

Olha, minha gente, estamos discutindo o Brasil que usa amianto há muitos anos e continua usando, por tratar-se de uma fibra segura e de uma das mais baratas coberturas do Brasil.

Eram essas as colocações. Peço que seja colocado em votação o requerimento. Agora, a posição é de cada um. Cada um vota de acordo com sua consciência.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Pela ordem, com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Solicito encerramento da discussão e a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Pela ordem?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Para orientar, concedo a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, eu disse aqui, primeiro, que, além de pediatra, eu sou médico do trabalho. Eu conheço o tema. E eu disse aqui, a telha e a caixa-d'água se cortadas ou rompidas liberam fibra, caso contrário não. E libera fibra cancerígena. E sabe o Deputado Leréia que é assim. Sabe também S.Exa., mais do que eu, que todas as empresas que trabalham com



amianto hoje trabalham com fibra sintética, a questão não é mercado, a questão não é disputa de mercado entre uma fábrica de sintética com uma de amianto, porque são as mesmas. As mesmas, sem tirar nem por. É só conferir o que elas vendem.

A questão, sabe também o Deputado Leréia, que é doença, e isso ele mesmo disse, doença ocupacional. Traz doença ocupacional. E, por trazer doença ocupacional, nós do PT votaremos contrariamente a esse requerimento, a essa orientação da bancada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Presidente, pela ordem. O Ministro podia ser convidado para sentar pelo menos uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Convido o Ministro Patriota para que se sentar à mesa. S.Exa. nos honra com a sua presença.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Há Parlamentares sem acomodação. No entanto, há bancada de Parlamentares sendo ocupada por assessores. Só peço que cedam o espaço para os Parlamentares que queiram se sentar.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Sr. Presidente, questão de ordem. Antes de V.Exa. colocar em votação o requerimento, ainda resta um item na pauta, o Projeto de Lei nº 365, cujo Relator é este humilde Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Cajado, nós vamos votar agora o requerimento do Deputado Leréia. Sugiro a V.Exa., até pela presença do Ministro, que coloquemos esse projeto de V.Exa. na próxima reunião. Mas eu vou retornar a presidência ao Deputado Leréia e ele vai definir.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Muito bem. Agora, na próxima semana, véspera de feriado, acho que não vai ter *quorum*. Só se ficasse para depois do mês de julho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Em votação o requerimento do Deputado Leréia.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

São um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, tem que proclamar o resultado, porque a aferição é de outra forma. A aferição não é dessa maneira. V.Exa. proclama o resultado. Alguém poderá ou não pedir a verificação nominal.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Arlindo, eu quero ser justo. Está bem equilibrado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Estou alertando porque ao final isso não impedirá uma votação nominal, caso alguém queira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Eu peço aos Deputados que levantem a mão de novo.

O requerimento foi aprovado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Verificação concedida.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Verificação também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Verificação conjunta.

Vou proceder à chamada.

Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - “Não”.

Deputada Dalva Figueiredo.

A SRA. DEPUTADA DALVA FIGUEIREDO - “Não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Décio Lima.

O SR. DEPUTADO DÉCIO LIMA - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Henrique Fontana.

(Pausa.) Ausente.

Bancada do PMDB.

Deputado Ivan Valente, perdão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Eu vou chamar um suplente da bancada do PT, já que Henrique Fontana não está presente.

Deputada Benedita da Silva. *(Pausa.)*

Deputado Átila Lins. *(Pausa.)*

Já anotei seu voto, Deputado.

Deputado Átila Lins. *(Pausa.) Ausente.*



Deputado Flaviano Melo. *(Pausa.)*

Deputada Íris de Araújo.

A SRA. DEPUTADA ÍRIS DE ARAÚJO - A favor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Dimas Ramalho. *(Pausa.) Ausente.*

Vou chamar mais três.

Deputado Almeida Lima. *(Pausa.)*

Deputado André Zacharow. *(Pausa.) Ausente.*

Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Paes Landim. *(Pausa.)*

PSDB.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Alberto Leréia. *(Pausa.)*

Deputado Eduardo Azeredo. *(Pausa.)*

Deputada Cida Borghetti. *(Pausa.)*

Deputado Jair Bolsonaro. *(Pausa.)*

Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Hugo Napoleão. *(Pausa.)*

Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

O Deputado Fábio Souto vota “não”.

Deputado George Hilton.

O SR. DEPUTADO GEORGE HILTON - “Não”, Sr. Presidente.

Deputado Vitor Paulo.

O SR. DEPUTADO VITOR PAULO - Voto “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Jefferson Campos.



O SR. DEPUTADO JEFFERSON CAMPOS - Como a Ideli não pediu, é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Deputado Gonzaga Patriota.

(*Pausa.*)

Deputado Abelardo Camarinha. (*Pausa.*)

Deputado Marcelo Castro. (*Pausa.*)

Deputado Damião Feliciano. (*Pausa.*)

Deputado Sebastião Bala Rocha. (*Pausa.*)

Suplente do PDT.

Deputado Salvador Zimbaldi. (*Pausa.*)

Deputado Vieira da Cunha. (*Pausa.*)

Bloco PV/PPS.

Deputado Alfredo Sirkis. (*Pausa.*)

PTB.

Deputado Arnon Bezerra.

O SR. DEPUTADO ARNON BEZERRA - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - Bloco PSC.

Deputado Takayama. (*Pausa.*)

Deputado Augusto Carvalho. (*Pausa.*)

Deputado Aldo Rebelo. (*Pausa.*)

Deputada Jaqueline Roriz. (*Pausa.*)

Como o Deputado Aldo Rabelo não está presente, vou chamar a suplente, a Deputada Perpétua Almeida. (*Pausa.*)

Como a Deputada Jaqueline Roriz não está presente, vou chamar o suplente, o Deputado Raul Henry.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fábio Souto) - “Sim”.

Deputado Roberto de Lucena. (*Pausa.*)

Vou chamar o suplente, o Deputado Jorge Pinheiro. (*Pausa.*)

Encerrada a votação, vou proceder à contagem dos votos. (*Pausa.*)

O requerimento do Deputado Lereia foi rejeitado por 12 votos “não”, 7 “sim” e uma “abstenção”.

Retorno a presidência ao Presidente Lereia.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente Leréia, vou fazer uma proposta para V.Exa., até porque V.Exa. me prestigiou, como sempre.

Proponho o encaminhamento que nós demos, naquela oportunidade, à Convenção nº 4. Se V.Exa. entender por bem, nós podemos buscar um contato com a Casa Civil e V.Exa. externará a sua opinião. Eu acho que sempre é muito importante o Presidente de uma Comissão ser ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - A sugestão de V.Exa. é bem-vinda, mas, com certeza, o ilustre Ministro participou desta votação, e claro que também já percebeu, que evidentemente o Brasil terá uma posição, como o Brasil também deverá ter uma posição em relação à questão da Síria lá na ONU. Enfim, acho que o posicionamento brasileiro será apresentado. Eu não sei se de acordo com o que eu penso, mas com certeza o Brasil deverá manifestar sua posição em relação a essa questão da reunião de Genebra e a outras, como a que citei da ONU.

Peço ao Ministro que se sente aqui à minha esquerda.

Acho melhor encerrarmos esta reunião em vez de suspendê-la, porque depois não haverá maneira de continuarmos com o processo de votação, devido à agenda.

Gostaria de submeter ao Plenário o encerramento ou a suspensão da reunião.

Tem a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, com todo o respeito ao Sr. Ministro, que está presente, temos requerimentos que, se não forem votados hoje, impedirão a realização de eventos que considero importantes. Acho que poderíamos acelerar a votação, em respeito ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Gostaria de comunicar aos ilustres colegas... Por exemplo, o meu requerimento é o próximo da pauta. Eu mesmo já concordei em mantê-lo. Quanto ao de V.Exa., vejo que não há polêmica alguma, posso colocá-lo em votação, já que tem apoio suficiente para isso. Posso pedir ao Plenário sua apreciação.

É o seguinte o requerimento a esta Comissão:



“Solicito a participação desta Comissão na reunião do Grupo de Trabalho sobre migrações, que ocorrerá entre os dias 28, 29 e 30 do corrente mês, no Paraguai.

Quero passar a palavra a V.Exa., para que possamos apreciar o requerimento.

Em seguida, vou encerrar a reunião e abrir outra com a presença do Sr. Ministro Patriota.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sr. Presidente, esse requerimento é um convite de uma Comissão do Parlamento do MERCOSUL, para participarmos de uma reunião sobre migração, juntamente com uma delegação da União Europeia. É um trabalho que estamos desenvolvendo há um bom tempo, há vários anos, sendo importante nossa participação no evento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Em discussão.

Os Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se acham.

Vou submetê-lo à votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Neste momento, está encerrada a presente reunião e já convoco reunião extraordinária, com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota.

Esta reunião extraordinária será realizada em decorrência da aprovação dos seguintes requerimentos: nº 1, de 2011, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que tem como objetivo debater a ocorrência de obstáculos opostos pelas autoridades espanholas de fronteira ao ingresso na Espanha de brasileiros regularmente documentados; nº 5, de 2011, de autoria do Deputado Eduardo Azeredo, para prestar esclarecimentos acerca da situação política dos países do norte da África e do Oriente Médio, bem como as diretrizes da política externa do atual Governo e as respectivas relações internacionais; nº 10, de autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que tem como objetivo debater e aprofundar o conhecimento relativo aos acordos celebrados durante a visita do Presidente do Estado norte-americano, Barack Obama, ao Brasil, em março de 2011; nº 14, de autoria do Deputado Takayama, para esclarecer sobre as ações de



ajuda institucional aos brasileiros residentes no Japão e ao povo japonês; nº 43, de 2011, de autoria do Deputado Romário, esse apresentado à Comissão de Turismo e Desporto da Câmara Federal, para prestar esclarecimentos sobre o atendimento dispensado aos cidadãos brasileiros, em situação regular, que se destinam aos aeroportos da Espanha; nº 59, também na mesma Comissão que foi ali apresentado, de autoria do Deputado Ruy Carneiro, para debater sobre o atendimento dispensado aos turistas brasileiros, em situação regular, que se destinam aos aeroportos dos Estados Unidos e países da Europa, em especial da Espanha.

Por acordo, representantes da Comissão de Turismo participarão desta reunião.

Neste momento, eu convido o Presidente da Comissão para sentar à mesa.

Esclareço ao ilustre convidado e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição e, por isso, solicito que falem ao microfone. Após a exposição do convidado, abriremos a palavra para debate com os Parlamentares inscritos.

Neste instante, após cumprimentar o Ministro, registro que sua presença nesta Comissão havia sido agendada anteriormente, mas sua vinda não foi possível. Um dos motivos foi a visita do Presidente Barack Obama, depois a presença do Ministro havia sido agendada também na Comissão do Senado.

Eu gostaria de, em nome desta Comissão, cumprimentar V.Exa., Sr. Ministro, por vir aqui neste dia trazer a política que o Brasil propõe para os próximos anos nas relações internacionais do nosso País.

Neste instante, passo a palavra por 20 minutos ao Sr. Ministro, para que S.Exa. possa fazer a sua exposição.

O SR. MINISTRO ANTONIO PATRIOTA - Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Deputado Lereia, Presidente da Comissão de Turismo, Srs. Deputados, Sras. Deputadas...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, por favor, peça para elevar um pouco o som.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Solicito ao operador de áudio que calibre o volume do microfone do Ministro Antonio Patriota.



O SR. MINISTRO ANTONIO PATRIOTA - Posso falar mais alto ou mais próximo do microfone.

Enfim, minhas palavras são de manifestação de satisfação por esta oportunidade de um encontro com a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, que é um local privilegiado para a consideração de iniciativas, acordos celebrados pelo Executivo. E, na verdade, desde o dia da minha posse como Ministro das Relações Exteriores, manifestei meu compromisso de manter diálogo permanente com o Legislativo, o Judiciário, com outros Ministérios, com a sociedade civil em toda a sua acepção, o setor privado, sindicatos, etc.

Eu acho que faz parte de uma prática democrática e desejável esse diálogo permanente para exame de temas que interessam a toda a sociedade brasileira, na verdade, sobretudo quando se trata de um País como o Brasil, que eleva hoje em dia muito o seu perfil nas relações internacionais. Isso, aliás, já vem ocorrendo há alguns anos, mas se pode dizer que houve uma inflexão nessa última década e, talvez, o desafio primeiro que se coloque à administração da Presidenta Dilma Rousseff seja o de consolidar não só relacionamentos tradicionais que mantemos com a vizinhança, o MERCOSUL, países da América do Sul, os países latino-americanos e do Caribe de modo geral. Eu também incluiria entre relacionamentos talvez mais tradicionais aqueles que mantemos com o mundo desenvolvimento, os Estados Unidos, Europa e o Japão, mas também aprofundar, aproveitar e tirar as últimas consequências do que hoje em dia é uma presença verdadeiramente global do Brasil. Isso se refletiu no incremento da nossa presença, mediante criação de novas embaixadas na nossa região, no Caribe anglófono, por exemplo, mas também na África, no Oriente Médio, na Ásia Central e até mesmo no Pacífico.

No ano de 2010, nós praticamente concluímos um processo — isso não foi necessariamente muito noticiado, mas acho que é significativo — de estabelecimento de relações diplomáticas com praticamente todos os membros das Nações Unidas. Então, estamos chegando a 192 países, com os quais mantemos relações diplomáticas, nem todos com a presença física de um embaixador, mas sempre haverá um contato governamental através de embaixadas cumulativas. E, aqui também, o Congresso Nacional, o Senado mais particularmente, é chamado a se pronunciar sobre essa matéria.



Eu quero lembrar dois assuntos de particular importância sobre os quais o Congresso Nacional se manifestou este ano e que criam condições muito positivas para a diplomacia brasileira no seu entorno regional. O primeiro foi a ratificação do acordo por troca de notas com o Paraguai, sobre Itaipu; o segundo foi a ratificação, que está em curso ainda — agora caberá ao Senado pronunciar-se, mas a Câmara já o fez — sobre o tratado constitutivo da UNASUL. O Brasil, tendo sido um dos países que concebeu a UNASUL, nos dá a grande alegria de hoje sabermos que não só estamos plenamente engajados politicamente com esse processo de integração sul-americana, mas que contamos com o apoio desta Casa também para levar adiante esses esforços que se refletem em iniciativas voltadas para o comércio, para as finanças, para a infraestrutura, e cada vez mais também para assuntos políticos, de defesa, como também de combate aos ilícitos internacionais, ao tráfico de drogas. É uma iniciativa que contribui, assim como o MERCOSUL, para consolidar a democracia em nossa parte do mundo, criando condições para que a América do Sul seja efetivamente uma zona de paz, de cooperação, de democracia e de crescente progresso social.

As primeiras viagens e os primeiros interlocutores recebidos no Brasil durante esses quase 6 meses de Governo Dilma Rousseff refletem esse engajamento regional, por um lado, do Brasil com seus vizinhos. A primeira visita ao exterior da Presidenta Dilma Rousseff foi à Argentina, como os senhores sabem. Ela agora esteve mais recentemente no Uruguai, e em breve viajará a Assunção para a Cúpula do MERCOSUL e para uma bilateral com o Governo paraguaio, aí completando contatos diretos em visitas oficiais com os nossos parceiros do MERCOSUL; aliás, contatos que já foram estabelecidos, quando da presença, na posse da Presidenta, dos mandatários do Uruguai e do Paraguai e do Chanceler da Argentina.

Mas também se pode falar em um engajamento com o que seriam os novos polos dessa ordem internacional em formação, uma ordem que se convencionou a chamar de multipolar. Não é multipolar de uma maneira simples, porque existem polos mais poderosos do que outros. Existem polos que já têm grande influência mundial há décadas ou há séculos, como os dos Estados Unidos, das potências europeias, e existem polos emergentes, alguns emergindo com maior força do que outros. E o Brasil aí incluído entre eles, talvez Brasil e Índia, como polos emergentes



que, de fato, pela primeira vez na sua história, pode-se dizer, têm um papel global na diplomacia. E isso aí não só mediante seus relacionamentos bilaterais, mas também nos órgãos multilaterais em que participamos ativamente, não só para a defesa de interesses específicos brasileiros, mas também na promoção de uma governança global mais equitativa.

Nós todos presenciamos a rapidez com que o G-8 foi substituído pelo G-20, depois da crise financeira de 2008, refletindo essa nova ordem mais multipolar e também demonstrando a necessidade de adequarmos os mecanismos de governança global às exigências do mundo contemporâneo.

Presenciamos processos semelhantes na área comercial, na OMC. Agora teremos a Rio+20, ano que vem, no Rio de Janeiro, uma conferência sobre o desenvolvimento sustentável, em que também será examinada a questão da governança na área ambiental.

Tive o grande prazer de receber ontem vários Deputados aqui que participam da subcomissão específica para tratar do tema. Mas é uma área em que ainda não conseguimos adequar os mecanismos, ou o mecanismo, que é o Conselho de Segurança, à realidade contemporânea. É justamente nesse órgão das Nações Unidas que estamos atuando este ano como membro não permanente, de modo que esta continua também uma aspiração e um tema que não sairá da agenda internacional.

Comentava que nesses primeiros meses a Presidenta Dilma Rousseff interagiu com os diferentes polos, não só recebendo uma visita do Presidente Barack Obama — em resposta ao Deputado Mendes Thame, poderei mencionar um pouquinho dos acordos que foram celebrados e a recente reunião que mantive em Washington com a Secretária de Estado Hillary Clinton, para levar adiante esses acordos e garantir a implementação adequada do comunicado conjunto, Barack Obama e Dilma Rousseff —, mas também na viagem que a Presidenta Dilma realizou à China, que incluiu uma vertente bilateral, Brasil-China, também com resultados muito concretos nas áreas econômica, financeira e de cooperação científica e tecnológica, além de outras áreas em que se sustentou a cooperação e se planejou o futuro.



Igualmente, houve uma vertente BRICS, com a reunião na ilha de Hainan, convocada pelo Governo chinês, em que ela pôde interagir com o Presidente Medvedev, da Federação da Rússia, com o Primeiro-Ministro Manmohan Singh, da Índia, e com o Presidente Jacob Zuma, da África do Sul. De modo que, em pouco tempo, foi estabelecido contato direto com esses novos polos, com os quais desenvolvemos essencialmente relações de cooperação.

Costumo dizer — para nós, brasileiros, é muito evidente, mas acho que vale lembrar — que entre todos esses polos consolidados ou emergentes talvez o Brasil possa ser caracterizado como aquele que mais se identifica com a causa da paz e do desenvolvimento. Isso porque o Brasil é, essencialmente, um país sem inimigos, um país que conseguiu construir no seu entorno regional, América do Sul, uma área de democracia e cooperação. E hoje estabelece relações de cooperação com todos os parceiros com os quais estabeleceu relações diplomáticas, ou seja, com a comunidade internacional em seu conjunto. Pois esta não é uma característica que deva ser desprezada. Acho que é uma característica muito importante e que singulariza o Brasil entre esses interlocutores de uma configuração multipolar como a que temos hoje em dia.

Sei que há um interesse muito grande do Congresso, da opinião pública, pelo que está passando no mundo árabe. E isso também fez parte de um dos temas levantados pelo Presidente da Comissão. Eu queria dar conta aqui de todo um trabalho que tenho realizado como Chanceler, e que o Itamaraty também tem desenvolvido, de interlocução com representantes do mundo árabe. Esse mundo árabe procura um caminho de modernização política e econômica; suas populações jovens clamam por maior liberdade de expressão, por maior participação nos processos político. E as frustrações com os modelos que levaram à estagnação econômica são ventiladas, mas de uma maneira surpreendentemente democrática e em vários contextos. Claro que existem situações que nos preocupam muito, como a da Líbia e a da Síria — e eu terei oportunidade de falar sobre elas — assim como a do Iêmen e outras. Mas, se considerarmos os dois países que lideraram, de certa maneira, essa movimentação, que foram Tunísia e Egito, veremos que existem aspectos muito encorajadores nesse processo todo; um processo que se inspira em reivindicações autóctones, que não é dirigido contra qualquer outro país.



Especialmente digno de nota é o fato de que não foram queimadas as bandeiras norte-americana ou israelense, ou de qualquer outra nação. São, essencialmente, movimentos que buscam progresso econômico, social e político e com o qual a sociedade brasileira, o Governo brasileiro só pode se identificar plenamente.

Na busca de uma interlocução diferenciada, eu diria, com um mundo com o qual temos interagido de forma mais intensa, desde o estabelecimento, entre outros, da Cúpula América do Sul e Liga Árabe, cuja primeira instância ocorreu aqui em Brasília, em 2005, subseqüentemente no Catar, e agora esperamos que no Peru haja uma terceira cúpula... Eu estive no próprio Emirado do Catar, onde fui recebido pelo Emir, pelo Primeiro-Ministro, pelo Chanceler. E estive mais recentemente também no Cairo, onde mantive um encontro com o Chanceler Al-Araby, com o então Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes, Amro Moussa, que é um dos candidatos à Presidência do Egito, e com outros interlocutores, inclusive o ex-Embaixador do Egito em Washington, que é um bom amigo meu e hoje é o Reitor da Universidade Americana do Cairo, um interlocutor muito bem informado.

O que acho importante nesse processo todo é não só o Brasil se posicionar a favor dos clamores por mudança, mas a mudança pacífica, democrática, sem violência, como também no Brasil, em contato com outros membros da comunidade internacional — e os membros permanentes do Conselho de Segurança são muito importantes — a fim de buscar uma resposta coerente da comunidade internacional a todas as diferentes situações que se apresentam. E, rapidamente, se apresentou uma situação que constitui um desafio grande para a comunidade internacional, que foi uma situação na Líbia, onde o governo estabelecido passou a reprimir com força e violência, recurso e armamento militar, as manifestações na cidade de Bengasi, em particular, que se inspiravam nos mesmos ideais das manifestações tunisianas e egípcias. Isso, obviamente, foi considerado inaceitável não apenas pelo Brasil, mas também pela comunidade internacional em seu conjunto.

Alguns dados que merecem ser sublinhados aqui são, em primeiro lugar, o fato de que a própria Liga dos Estados Árabes decidiu suspender a Líbia do mecanismo. Com isso, abriu-se caminho para que houvesse manifestação, por consenso, da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, que repudiou as ações do Governo líbio e determinou fossem apuradas as



responsabilidades pelos abusos e violações cometidas, indiferentemente de qualquer autor, o que levou à suspensão da própria Líbia do Conselho de Direitos Humanos, subseqüentemente.

O assunto foi, então, levado ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. A primeira resolução, de 1970, também encontrou consenso entre os membros do Conselho. Então, 15 membros votaram a favor de uma resolução que impunha sanções ao Governo líbio, submetia o comportamento das autoridades líbias à Corte Penal Internacional, congelava os ativos do Governo Kadhafi e da sua assessoria imediata no exterior, entre outras medidas.

São medidas fortes. A força dessas medidas também residiam no fato de que elas foram adotadas por consenso. Subseqüentemente, surgiram algumas divergências na abordagem da questão Líbia no Conselho de Segurança.

A proposta de criação de uma zona de exclusão aérea, que ainda encontrou respaldo e apoio da Liga dos Estados Árabes, talvez pudesse ter sido aprovada, por consenso, quando ela foi debatida no Conselho. Mas acrescentou-se à ideia de uma zona de exclusão aérea, com objetivos de proteção da população civil, evitando-se uma crise humanitária de proporções mais graves, a possibilidade de ação militar em defesa da população civil. Esse acréscimo gerou discordâncias e, como V.Exas. recordarão, 5 nações se abstiveram no Conselho de Segurança, entre as quais o Brasil. Houve, na verdade, uma espécie de alinhamento Brasil, Rússia, Índia, China — BRIC, além da Alemanha, que se absteve naquela ocasião. Nas semanas que se seguiram — eu até achei interessante — foi aprovada uma moção pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Presenciamos, na verdade, não a redução de violência, mas, talvez, um aumento da violência na Líbia, em meio à dificuldade, que continuamos a enfrentar, para o estabelecimento de um processo político, a fim de se realizar um diálogo e de se fazer um mapa para uma transição democratizante na Líbia, como propugnam, aliás, todos os membros do Conselho de Segurança, em particular os membros da União Africana, que criaram um grupo de contato, que está sendo liderado pelo Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, para estabelecer um momento de transição na Líbia com cessar-fogo, diálogo político, previsão de eleições, num cronograma comumente acordado.



Nesta semana, o Conselho de Segurança, em Nova Iorque, deverá ouvir um *briefing*, um relatório da parte do grupo de contato da União Africana. Estará em Nova Iorque, hoje e amanhã, a Chanceler Maite Nkoana-Mashabane, com quem tenho mantido contato regular por telefone. A ênfase vai ser na tentativa de retomada de um processo diplomático que leve a um cessar-fogo, pondo fim à violência, e que se criem condições para que a Líbia também se inscreva no rol dos países do mundo árabe que estão buscando modernização econômica, política, institucional pela via pacífica.

Outro caso que tem despertado muita atenção e preocupação, sem dúvida, é o da Síria, até mais complexo, talvez, por ser um país tão central, para a estabilidade em uma zona que é a mais instável do mundo, o Oriente Médio, em razão das dificuldades entre israelenses e palestinos, como todos conhecemos.

O Brasil se manifestou, de forma inequívoca, contra abusos e violência cometidos contra manifestantes desarmados, sendo que na Síria nem todos os manifestantes estão desarmados. Existe uma complexidade adicional na situação interna e um comportamento por demais condenável.

O Brasil também se associou a uma manifestação do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, que repudiou as ações do Governo Sírio contra a população civil, exigiu investigações e criou uma missão que deverá buscar apurar os fatos e os culpados.

Diferentemente do que aconteceu na Líbia, o Governo do Presidente Bashar Al-Assad tem manifestado um desejo de propor um processo de diálogo nacional de reforma eleitoral. Foram liberados centenas de presos civis, de modo que, por mais que a situação seja insatisfatória, não se pode falar de um imobilismo total das autoridades sírias. Numa busca de tratamento coerente e equitativo das diferentes situações no mundo árabe, isso precisa ser levado em consideração.

Nesta semana e na semana anterior, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi chamado a examinar a hipótese de uma resolução sobre a situação na Síria. O que temos defendido é que se procure, na medida do possível, retornar ao tratamento consensual dessas questões. Se um órgão como o Conselho de Segurança consegue adotar uma decisão por consenso, essa decisão tem por definição muito mais força, muito mais impacto e poderá influenciar mais os



acontecimentos no terreno do que se houver uma divisão muito nítida entre os membros do Conselho.

Constatamos preocupações com a forma como o uso da força foi utilizado na Líbia, ainda que a autorização se relacionasse à proteção da população civil. Porém, existe uma certa base para que se acredite que essa autorização esteja sendo pelo menos considerada ou examinada como também uma hipótese para mudança de regime, o que não estava contemplado na resolução.

Enfim, preocupações dessa ordem estão levando a um tratamento diferente em relação à Síria, o que revela certa reserva, que consideramos justificada em certa medida, não que isso deva ser interpretado como qualquer tolerância em face da violência indiscriminada contra manifestantes civis. Esse é o estágio, mais ou menos, em que nos encontramos atualmente.

Não queria deixar de dar uma palavrinha também sobre a situação dos brasileiros que viajam à Espanha, que sei é um tema de interesse especial.

O que se pode falar de mais positivo é que, depois de um período em que as inadmissões, em 2007, chegaram, em média, a quase 250 por mês, hoje em dia elas se situam num patamar mais baixo: 140 por mês. Isso é fruto de um esforço levado adiante pelo meu antecessor, Ministro Celso Amorim, com seu contraparte espanhol, Ministro Miguel Ángel Moratinos, e que levou à criação de um grupo consular de alto nível Brasil-Espanha que estabeleceu um mecanismo especial sobre assuntos migratórios e consulares, cooperação policial, uma espécie de linha vermelha para lidar com alguns casos de maior emergência. Isso contribuiu para que se reduzisse a arbitrariedade do tratamento de nacionais brasileiros que viajam à Espanha.

De lá para cá também fizemos todo um dever de casa.

O nosso Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Gradilone, esteve à frente de todo um esforço de conscientização do viajante brasileiro que vai à Europa. As recomendações nesse folheto a brasileiros que viajam à Europa alertam para as exigências espanholas, para que haja um preparo e nenhum turista brasileiro seja pego de surpresa.

Apesar de todas essas precauções, do mecanismo de alto nível, da redução significativa, continuam ocorrendo algumas situações inaceitáveis.



Tive a oportunidade de levantar o assunto na minha última reunião com a Chanceler Trinidad Jiménez, da Espanha, que visitou o Brasil no mês de maio. Ela admitiu existirem situações que, de fato, exigem atenção, ao mesmo tempo em que afirmou que não é a Chancelaria espanhola que necessariamente detém a responsabilidade por elas, mas que ela iria se comprometer a tratar do assunto com outras agências espanholas envolvidas.

Continuaremos monitorando esse tema. Na próxima reunião que realizaremos com a Espanha sobre temas consulares, voltaremos a tratar do assunto com exemplos de casos específicos em que brasileiros foram tratados de maneira arbitrária ou até mesmo humilhante. Usei essa palavra nas minhas conversas com a Chanceler Trinidad Jiménez, e ela não rejeitou, não discordou necessariamente; aceitou que existe um problema.

Se a situação persistir, acho que seria o caso de examinarmos a hipótese da reciprocidade. E este é um exercício que já está ocorrendo junto a outras autoridades federais, o de se adotar a reciprocidade de exigência dos mesmos documentos, como garantia de hospedagem ou de apresentação de extrato de conta bancária. São alguns documentos exigidos dos turistas brasileiros. Esperamos que a via da racionalidade, da conciliação e do diálogo com os espanhóis continue produzindo os resultados desejados e possamos avançar nessa direção.

Acho que os meus 20 minutos devem ter sido esgotados. Agradeço a oportunidade, mais uma vez, de estabelecer um diálogo com V.Exas. sobre esses e outros temas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Esta Presidência agradece ao Ministro Antonio Patriota pela exposição.

Gostaria de estabelecer com os colegas Parlamentares das duas Comissões o roteiro para darmos continuidade aos trabalhos. Primeiramente, vou conceder a palavra aos autores dos requerimentos. Muitos dos temas questionados já foram respondidos pelo Ministro. São vários requerimentos. Em seguida, passarei a palavra aos Parlamentares pela ordem de inscrição.

Tem a palavra o ilustre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.



O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Ministro, cumprimento-o pela lucidez e concisão das suas respostas; e cumprimento o Presidente, Deputado Carlos Alberto Leréia, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho duas rápidas perguntas. A primeira refere-se ao caso com a Espanha. Em termos percentuais, houve realmente uma redução no número de recusas ou também houve diminuição de pessoas que adentram o continente europeu via Espanha? Na verdade, a recusa é para pessoas que estão querendo entrar na Europa pela Espanha.

A segunda pergunta diz respeito ao intercâmbio com os Estados Unidos. Temos notícia de que foi aprovado um acordo para intercâmbio de informações relativas a tributos. Esse acordo entre o Brasil e os Estados Unidos é firmado preliminarmente a um acordo de bitributação, de grande interesse das empresas brasileiras, para que não sejam bitributadas aqui e lá, e também de interesse de empresas americanas. Por que um acordo como esse não é feito simultaneamente? O que leva a se fazer um acordo preliminar de intercâmbio de informações relativas a tributos? Isso vem ocorrendo só com os Estados ou com países da Europa também? Como vão essas questões relacionadas à bitributação? Sobre a reciprocidade do Visto para com os Estados Unidos: existe a possibilidade de haver intercâmbio entre os 2 países, com isenção do visto de entrada nos 2 países, reciprocamente?

Quanto aos casos com a Espanha, ainda não entendo por que o Itamaraty, no Governo passado — não foi na gestão de V.Exa. — para aumentar o seu *bargain power*, seu poder de barganha, não ameaçou pelo menos com a reciprocidade de tratamento para os espanhóis que advinham para cá, no mínimo, a fim de ter resultado mais célere na regularização desses casos, que, como bem o senhor assinalou, em número menor, mas que ainda continuam ocorrendo.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Agradeço a V.Exa. as explicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Passarei a palavra aos próximos inscritos. Depois, o Ministro, ao final da fala dos autores dos requerimentos, responderá a todos os questionamentos.



Tem a palavra o ilustre Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sr. Presidente Leréia, colegas Deputadas e Deputados, Ministro Antonio Patriota, a minha primeira palavra é de cumprimento não só pela sua presença, mas também pelo seu desempenho nesses primeiros 5 meses de governo. A Oposição — acho que posso falar sob esse aspecto — aprova a sua participação nos 5 meses do Governo Dilma.

Existem pontos que gostaria aqui de elencar. O primeiro deles é sobre a Bolívia. No passado, o Governo brasileiro foi extremamente tívio, quando o exército da Bolívia, sob ordens de Evo Morales, invadiu as instalações da PETROBRAS. O Brasil não respondeu à altura, não fez tratativas nesse sentido. E agora nós temos nova ação do Presidente Morales, a de legalizar carros roubados, contrabandeados para a Bolívia, com prazo de 15 dias. A maior parte desses carros, evidentemente, vem do Brasil, outra vem do Chile. Até agora não vi qual será a posição do Governo brasileiro. Estou sendo bem mineiro: já soprei, agora deixa eu morder um pouco.

O segundo ponto é relativo ao caso Battisti. O Ministro Marco Aurélio Garcia disse que esse era um caso da Justiça. Na verdade, a Justiça apenas decidiu o que o Presidente poderia ter decidido. A meu ver, até de maneira incoerente com decisão anterior.

O fato é que esse assunto, cuja decisão foi tratada pelo então Ministro Tarso Genro e referendada pelo Presidente Lula, trouxe inegáveis prejuízos à imagem do País. Quero saber quais prejuízos ao desejo do Brasil de ocupar cadeira no Conselho de Segurança.

Nós teremos aqui um terrorista condenado à prisão perpétua por quatro assassinatos e não apenas um. Ele ficará no Brasil contra a opinião, inclusive, dos esquerdistas da Itália. Toda a Itália, seja de direita, seja de esquerda, era contra a decisão de não extraditá-lo.

O terceiro ponto segue um pouco a mesma linha. Trata-se do pedido da ONU de abertura de informações, de investigações sobre as torturas ocorridas no Brasil no período do regime militar. Eu não sou a favor de revisão de anistia, mas parece-me essencial a abertura de informações.

Por último refiro-me à questão mais técnica: a Convenção de Budapeste, que trata do combate aos crimes cibernéticos que têm aumentado muito em todo o



mundo, gerando ações afirmativas, como a do Presidente Obama, que tem um assessor especial para tratar desse assunto, do Presidente Sarkozy, que convidou para uma reunião do G-8 na Europa, e o Brasil, parece-me, está parado nesse assunto. Houve uma primeira tentativa, mas a primeira informação do Itamaraty foi a de que o Brasil não tinha participado da discussão dessa Convenção, então não poderia assiná-lo. Procurei me informar, e não é verdade. O Brasil assinou várias convenções e tratados, mesmo não tendo participado da sua tratativa inicial.

Eram esses os quatro pontos que eu gostaria de trazer, Ministro. Ainda sobre a questão da Espanha, V.Exa. conhece bem minha posição crítica em relação a abertura de embaixadas em pequenas ilhas do Caribe. Foram abertas sete pequenas embaixadas em países com até 40 mil habitantes. Esse recurso poderia ter sido usado exatamente para melhorar o atendimento do consulado na Espanha, especialmente aos brasileiros que, às vezes, são humilhados no exterior.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, por gentileza, gostaria de sugerir a V.Exa. que cada um dos parceiros das Comissões autores de requerimentos façam perguntas referentes aos seus requerimentos, sem prejuízo de poderem se reinscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Faltam apenas mais dois...

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Com todo o respeito, não vejo problema algum em eu ter abordado outros assuntos. Acho até que eram da ação total do Ministério das Relações Exteriores. No meu requerimento está assim: "*Perspectiva das relações internacionais*". Eu tomei o cuidado de deixar bem aberto.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não fiz referência ao sempre elegante Governador Azeredo e agora Deputado. O Presidente me informou agora quantos eram os autores dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Existem mais. Por exemplo, o ilustre Deputado Takayama, que é Presidente do Grupo Brasil/Japão, apresentou requerimento logo após o terremoto e o *tsunami* no Japão, que pedia informações sobre a ajuda do Governo, do Itamaraty, aos brasileiros naquele país.

E depois a própria imprensa brasileira noticiou. Todos nós assistimos. Eu mesmo vi e pude relatar aqui. Os próprios auxiliares do Itamaraty que prestam



serviço no Congresso também já relataram. O Deputado Takayama me procurou e disse: *“Diz ao Ministro que eu estou satisfeito”*. Foi noticiado o atendimento que o Itamaraty fez não só em Tóquio, na região norte do Japão, onde houve o problema do *tsunami*. Portanto, ele já se dá por satisfeito e disse que faria tudo para estar aqui ainda nesta Comissão, porque tinha outro compromisso.

Não estando presente o Deputado Takayama, passo a palavra ao Deputado Romário, pelo Rio de Janeiro, como autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Boa tarde a todos.

Em nome do Presidente Jonas Donizette, saúdo todos os Deputados e Deputadas presentes e agradeço ao Ministro Patriota a presença aqui, que, com certeza, será de grande importância para dirimir as nossas dúvidas e as dos brasileiros.

O meu requerimento está relacionado ao princípio da reciprocidade, ou seja, o princípio democrático. Ele está diretamente ligado à Espanha. Nós temos acompanhado algumas notícias de que muitos brasileiros que saem do nosso País totalmente legalizados, ou seja, com passagens compradas, inclusive passagens de ida e volta datadas, hotéis pagos, têm tido muito problema para entrar no país e, conseqüentemente, têm sido deportados. Nós tivemos um caso agora.

Apesar de a Espanha ser rota de tráfico internacional de mulheres, as mulheres que estão sofrendo os constrangimentos são brasileiras, como a pesquisadora da UnB que foi deportada, apesar de ter em mão toda a documentação exigida pela imigração. Mesmo assim, muitos brasileiros não estão tendo a oportunidade de entrar na Espanha, que infelizmente não tem cumprido o princípio da reciprocidade. Isso vem acontecendo com muitos países participantes da ONU, como o próprio Ministro citou.

As minhas perguntas são bastante simples e objetivas. Eu gostaria de saber quais são realmente as razões para a inadmissão dos cidadãos brasileiros devidamente documentados nos aeroportos da Espanha e por que mais de 1.600 brasileiros com posse comprovada de documentos de hotéis, cartão de crédito, foram barrados ao chegarem a um aeroporto da Espanha, onde os critérios usados são exatamente os mesmos nossos aqui. Esses espanhóis entram no nosso País, e isso não acontece no caso dos brasileiros.



Os cidadãos brasileiros, dentro desse tratado, têm por igualdade a mesma forma de serem tratados aqui, na Espanha e em outros países — estou citando a Espanha, mas, infelizmente, existem outros países que não cumprem o tratado. A pergunta principal: existe, sobretudo em relação às mulheres, preconceito de algum país pelo fato de haver muitas mulheres brasileiras e elas, infelizmente, serem consideradas prostitutas?

Essas as minhas perguntas.

Muito obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Esta Presidência passa a palavra ao último autor do requerimento, Deputado Ruy Carneiro, representante da Paraíba.

O SR. DEPUTADO RUY CARNEIRO - Gostaria de cumprimentar todos os presentes.

Sr. Ministro, de certa forma, minha pergunta já foi feita pelos Deputados Romário e Thame. Então, gostaria apenas de ampliar, a título de cobrança, porque não entendo bem como um país que tem crescido tanto economicamente, uma potência mundial, está sendo tão passivo nesta questão. Pelo menos é assim que acredito que a sociedade observa. Acho que se está tendo paciência demais.

V.Exa. mesmo, em sua fala, chegou a dizer que acontecem certos fatos que são inaceitáveis. Vários anos já se passaram. É difícil o cidadão brasileiro compreender por que até agora não existe uma medida mais drástica.

Nosso requerimento foi em relação aos Estados Unidos e à Espanha. Eu não sei qual é a justificativa para isso. Por que essa demora? Qual é o motivo que faz com que assistamos ainda a milhares de brasileiros passarem por constrangimentos?

Essas são as nossas perguntas, acrescentando os dois colegas que fizeram questionamentos similares ao nosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Neste instante, passo a palavra ao Líder do PSDB, Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, quero cumprimentar a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, presidida por V.Exa., Deputado Leréia, e a



Comissão de Turismo e Desporto, presidida pelo Deputado Jonas Donizette, pela iniciativa de realização de audiência pública conjunta para poder, com a presença do Embaixador Antonio Patriota, analisar os temas propostos pelos Deputados Thame, Eduardo Azeredo, Takayama, Romário e Ruy Carneiro.

Na condição de Líder de bancada, quero dizer do meu apreço e meu respeito ao Embaixador Antonio Patriota. Eu o conheci como nosso Embaixador em Washington, no instante em que um conjunto de observadores do Parlamento brasileiro foi convidado pelo Governo americano para acompanhar a eleição presidencial de 2008. Nessa época, o embaixador ainda servia em Washington. Posteriormente, foi designado Secretário-Executivo do Ministro Celso Amorim, oportunidade em que retornou ao Brasil, e, a convite da Presidente Dilma, eleita Presidenta da República, assumiu nossa chancelaria.

Além dos temas aqui abordados, eu queria indagar — espero fazê-lo de maneira bastante objetiva e sucinta — sobre o comportamento do Itamaraty em relação às ações diplomáticas especificamente dadas em alguns países com, em nossa opinião, um profundo questionamento de natureza ao respeito aos direitos humanos.

Por que faço isso? Porque em julho de 2010, o então Ministro Celso Amorim, em visita que o Presidente Lula fez a Guiné Equatorial, governada pelo ditador Nguema Mbasogo, que está no poder desde 1979, em rápida entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, disse que negócios são negócios e classificou de pregação moralista as referências da imprensa em relação aos crimes contra os direitos humanos atribuídos ao ditador. *“Não estamos ajudando, nem promovendo ditadura. Quem resolve o problema de cada país é o povo de cada país.”*

Esse é um assunto que pode ser trabalhado dentro da nossa diplomacia de várias maneiras. Uma coisa é respeitar a autonomia nacional e as ações que envolvam os assuntos internos dos países em relação a outros. Outra coisa é ser conivente, silencioso e omissos em relação às questões que tratem de contravenções ou da questão dos direitos humanos em todos os países do planeta.

Por último, concluo, fazendo indagação ao Ministro Antonio Patriota, tendo em vista que, na semana passada, a vencedora do Prêmio Nobel de 2003, a ativista pelos direitos humanos, pela defesa das mulheres e das crianças no Irã, Dra. Shirin



Ebadi, esteve no Brasil, visitou-nos na Comissão de Relações Exteriores, mas infelizmente ela acabou não sendo recebida pela Presidenta Dilma. O que se entende é que houve uma pressão na nossa diplomacia, por parte do Governo do Presidente Mahmoud Ahmadinejad, no sentido de que ela não fosse recebida pela Presidenta Dilma, tendo em vista que ela apresentou denúncias aqui não só contra os direitos humanos, mas de assassinatos sumários, de prisão injusta e de uma série de militantes de oposição. Ela fez aqui um desabafo de que seu marido e sua irmã foram presos, de que todos os seus bens foram confiscados, todo seu dinheiro de conta bancária foi subtraído pelo governo, e nem assim ela desistiu de permanecer na sua luta na defesa do que entende da democracia e dos direitos humanos. Ela chegou ao Brasil dia 7 de junho e foi recebida na OAB de São Paulo no dia 8 de junho. A Câmara apreciou uma moção, por nós apresentada, de repúdio à atitude da Presidenta em não recebê-la — não existem duas figuras de moção ou uma terceira, senão a de apoio ou de repúdio. Ao apoio, nós cumprimentamos; ao repúdio, discordamos de não haver a atitude de recebimento. Por isso, propusemos essa moção. Ela foi derrotada no plenário, mas, no dia seguinte, recebemos em audiência pública a Sra. Shirin Ebadi. No dia 13 último, ela fez uma palestra no ciclo de conferência Fronteiras do Pensamento, realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e a Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, nossa colega Maria do Rosário, esteve presente. Ontem, a Sra. Shirin Ebadi foi recebida pelo jornal *Folha de S.Paulo*, em visita àquele veículo de comunicação, com repercussão nacional.

Portanto, Embaixador Antonio Patriota, indago se houve alguma mudança no posicionamento do Itamaraty em relação ao assunto que tratei aqui, da Guiné Equatorial, e se V.Exa., na condição de Ministro, de fato sofreu as pressões por parte do Governo iraniano para que não houvesse constrangimento à Embaixada do Irã, se a Presidenta Dilma, porventura tivesse recebido em audiência a ativista pelos direitos humanos, Shirin Ebadi. Indago a V.Exa. qual a opinião do Ministério sobre esse assunto.

De antemão, já agradeço e cumprimento V.Exa. pela presença e reitero o respeito e a admiração pelo trabalho que sempre prestou ao nosso País e ao nosso Ministério das Relações Exteriores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Após ouvirmos os autores dos requerimentos e o Deputado Duarte, que falou em nome do partido, vou passar a palavra ao Ministro Patriota para que possa fazer, a fim de que não acumule tantos questionamentos...

Para uma questão de ordem passo a palavra a V.Exa., Deputado Romário.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Antes de mais nada, gostaria de pedir desculpas por não ter mencionado, na hora de saudar a Mesa, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputado Carlos Alberto Leréia.

Gostaria de fazer mais uma pergunta ao nosso Ministro: diversos pequenos Municípios espanhóis como Lorcha e Ayódar têm buscado repovoar suas ruas por meio de atração de imigrantes pobres, inclusive muitos brasileiros. Eu gostaria de saber do Ministro o que o nosso Governo está fazendo por esses brasileiros? Esses brasileiros têm tido algum tipo de apoio ou acompanhamento nessas cidades, nesses Municípios?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Neste instante...

(Não identificado) - Presidente, para um esclarecimento apenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Vou passar a palavra ao Ministro, para ter uma ordem de inscrição.

(Não identificado) - Só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Para haver uma ordem de inscrição, vou passar a palavra ao Ministro para responder os questionamentos. Senão, eu não consigo fazer o prosseguimento desta reunião. Aqui há uma ordem de inscrição e será seguida rigorosamente.

Tem V.Exa. a palavra, Sr. Ministro Antonio Patriota.

O SR. MINISTRO ANTONIO PATRIOTA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vejo que algumas perguntas e indagações se repetem. Procurarei compartilhar aqui alguns elementos, sendo que existem situações sobre as quais o diálogo é que produzirá a solução, porque não temos uma resposta ainda definitiva sobre como lidar com elas. Essa questão de brasileiros na Espanha é uma delas.

Compartilho inteiramente esse sentimento de indignação e transmiti esse sentimento à Chanceler Trinidad Jiménez, quando estive com ela. A verdade é que



nós estamos nos preparando para a eventualidade de adotarmos um procedimento de reciprocidade em relação à Espanha. O Itamaraty convocou reuniões internas com participação do Departamento Estrangeiro do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral de República, entre outros.

Na ocasião não se chegou a um consenso interno sobre a aplicação da reciprocidade. Considerou-se que um esforço ainda adicional de acompanhamento e monitoramento para ver se o número de inadmissões continuaria diminuindo seria o caminho preferível ou caso outros esforços paralelos não produzissem solução, partiríamos para o procedimento à reciprocidade.

Olhando um pouco para o quadro mais amplo, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame perguntou pela proporção. Por um lado, a economia brasileira cresce a taxas elevadas, com o desemprego cada vez menor no Brasil, que é um dos países que mais criou emprego nos últimos anos. Hoje existem taxas de desemprego abaixo de 8%. Isso tem a ver com a pergunta do Deputado Romário sobre atração de mão de obra brasileira para a Espanha.

Acho que cada vez mais o brasileiro procurará imigrar à procura de atividade econômica em outro país. O que está acontecendo é o contrário: a taxa de desemprego da Espanha é mais de 20%, o que, aliás, está na origem dessas manifestações todas — a do 15 de Maio, na Porta do Sol, em Madri, outras em Barcelona — que levaram inclusive a um revés eleitoral ao Partido Socialista Operário Espanhol, o PSOE, nas últimas eleições legislativas.

Comentei com a Chanceler Trinidad Jiménez que temos identificado um fluxo crescente na direção oposta: cada vez mais espanhóis vêm ao Brasil procurar atividade remunerada. Viajo muito à Bahia, em particular, e tenho visto que na atividade de turismo há um número crescente de espanhóis procurando emprego, querendo se estabelecer ou procurando investir no turismo brasileiro.

De modo que é importante que continuemos com esse diálogo firme, reivindicando tratamento digno aos nacionais brasileiros. Os números têm diminuído um pouco, mas não suficientemente. E devo dizer também que não há reclamações, e nós temos desenvolvido aqui na Subsecretaria de Apoio a Brasileiros no Exterior, um sistema de *abutment*, ou seja, de identificação de queixas do desempenho dos nossos consulados no exterior. As queixas em relação ao atendimento que os



brasileiros recebem dos consulados brasileiros não são significativas. Ao contrário, estamos desenvolvendo um modelo de atendimento muito satisfatório no Consulado-Geral em Madri, no Consulado em Barcelona. O que realmente há é uma cooperação insuficiente da parte de certas autoridades, de certos indivíduos, talvez das autoridades espanholas, e isso continuará sob exame. Proporcionalmente, sem dúvida, está diminuindo muito o número de inadmissões, até porque, com a força do real hoje em dia, o número de turistas e visitantes brasileiros no exterior só faz aumentar.

Passando para o assunto dos acordos sobre bitributação e do acordo sobre troca de informações tributárias, nas negociações com os Estados Unidos, foi considerado que um primeiro passo seria esse acordo de troca de informações tributárias, que já está concluído desde o final de 2006, na verdade.

Quando o Presidente Lula se reuniu com o Presidente George Bush, em março de 2007, em Washington, num comunicado conjunto que eles emitiram, na época, havia até a recomendação de que se procedesse de forma acelerada à ratificação daquele acordo sobre trocas de informações, como um primeiro passo para a adoção e negociação de um acordo sobre bitributação mais abrangente.

O senhor tem absolutamente razão ao destacar que o setor privado brasileiro e os investimentos brasileiros, nos Estados Unidos, só têm feito aumentar nos últimos anos, hoje são bastante significativos, em uma série de setores, em várias regiões dos Estados Unidos, desde petróleo, PETROBRAS, siderurgia com a Gerdau, entre outras, Vega Eletricidade, construção civil, Odebrecht. Todas essas empresas brasileiras e o conjunto empresarial brasileiro que participam, que investem nos Estados Unidos, têm interesse no acordo de bitributação. No entanto, tem sido difícil avançar. E aqui faço talvez um apelo a que se proceda, dentro do mais breve prazo possível, acredito que esteja no Senado, atualmente, o acordo sobre troca de informações, porque seria de fato um passo desejável na busca de ao menos um diálogo, um entendimento maior com os Estados Unidos nessa esfera, que é uma reivindicação também do Fórum de Altos Executivos Brasil-Estados Unidos.

Os senhores terão ouvido falar talvez desse mecanismo que foi criado também durante o Governo do Presidente Lula. Inclusive a então Ministra Chefe da



Casa Civil, Dilma Rousseff, era o ponto focal brasileiro governamental no Fórum de Altos Executivos. Uma das reivindicações do Fórum de Altos Executivos, que reúne grandes empresas, hoje 12 grandes empresas brasileiras e norte-americanas de lado a lado, é no sentido de que se proceda a um entendimento maior na área da bitributação. De modo que isso aí é uma coisa que talvez evoluirá lentamente, mas sem dúvida há um movimento nessa direção.

O senhor falou também sobre a questão dos vistos para os Estados Unidos. Esse é um tema que está quase alcançando maturidade para um tratamento realmente diferenciado.

Existem alguns fatos importantes, como o de que passou de mais de 40% para próximo a 5% o percentual de vistos não concedidos a cidadãos brasileiros que viajam aos Estados Unidos. E isso aí habilita o visitante brasileiro a eventualmente se beneficiar do que os norte-americanos chamam de programa Visa Waver, ou seja, seria o primeiro passo para uma consideração de um acordo bilateral de eliminação de vistos. Acho que isso é de interesse dos dois países. Para o Brasil, sem dúvida, é interessante atrair o maior número de turistas.

Também assinamos, o senhor tinha perguntado antes — depois tenho até que voltar a esse assunto — sobre os acordos assinados durante a visita do Presidente Obama ao Brasil. Houve um acordo sobre a aviação, que prevê que, a partir dos próximos 4 anos, se contemple inclusive a eliminação da limitação ao número de rotas aéreas. De modo que isso facilitará muito, aumentará o fluxo. Sem a exigência de vistos, nós teremos uma fonte, por exemplo, do turismo muito interessante. Para os Estados Unidos também é muito interessante, porque, com o aumento do poder aquisitivo brasileiro, o aumento da classe média, com a força da nossa moeda, hoje, não são poucos os brasileiros que viajam para os Estados Unidos — para a Flórida, para a Nova Iorque, em particular —, e o turista brasileiro costuma gastar bastante quando viaja aos Estados Unidos. O que está ocorrendo, o que estamos presenciando, é uma convergência de interesses.

Há pouco, quando me encontrei com a Secretária de Estado Hillary Clinton, para dar seguimento à visita do Presidente Obama ao Brasil, emitimos uma ata final em que identificamos o crescente fluxo de viajantes entre os dois países e decidimos trabalhar conjuntamente para facilitar esse fluxo. É uma linguagem um pouco



diplomática, mas que revela essa disposição, que vai na direção desejada, inclusive pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara, que também tem discutido esse tema.

Nós nos reuniremos em 24 de agosto, em Washington, para o diálogo Brasil-Estados Unidos sobre questões migratórias e consulares, e o tema fará parte da nossa agenda durante essa reunião.

Acho que eram esses os temas levantados pelo Deputado Mendes Thame. Rapidamente, como ele tinha perguntado no requerimento sobre os acordos assinados na visita bilateral, eu sublinharia muito em particular o Acordo sobre Cooperação Comercial e Econômica, que é muito menos do que um acordo de livre comércio, obviamente, mas é um acordo importante, porque além de facilitar o diálogo entre Itamaraty e MDIC, do lado brasileiro, e o representante para o comércio, o USTR, do lado americano, ele também prevê interação com o setor privado dos dois países, em que as reivindicações e os problemas específicos para comércio de diferentes produtos possam ser levantados e equacionados, sobretudo, naquilo que se convencionou chamar de facilitação do comércio.

Houve um acordo-quadro sobre cooperação em usos pacíficos do espaço exterior, que também abre perspectivas interessantes de retomada da cooperação com os Estados Unidos, que é, sem dúvida, um país com avanço considerável nessa área. Interessa muito ao Brasil, ao MCT em particular, uma cooperação mais assistida, até mesmo para prevenir ou antecipar desastres naturais como os que roubaram a vida de tantos no Estado do Rio de Janeiro, no início deste ano.

Eu mencionei o Acordo sobre Transportes Aéreos, que eliminará, a partir de 2015, a limitação ao número de rotas bilaterais. Houve entendimento sobre megaeventos esportivos, também algo que o Brasil tem assinado com vários países que já organizaram jogos olímpicos.

Há outros protocolos de intenção e memorandos de entendimento sobre cooperação trilateral e há um entendimento e uma convergência grande entre Brasil e Estados Unidos no que se refere aos esforços para a estabilização e a promoção do desenvolvimento econômico e social do Haiti, por exemplo, mas também em outros países — na África, em particular.



Houve um memorando sobre desenvolvimento de biocombustíveis na aviação, que é uma área de vanguarda em que o Brasil tem, sem dúvida, uma contribuição importante a dar, com uma pesquisa desenvolvida pela EMBRAER, em particular, e outros entendimentos para aumentar o número de estudantes brasileiros nos Estados Unidos.

Eu queria também salientar que nessa mesma reunião que mantive em Washington, há poucos dias, com a Secretária Clinton, nós adotamos um Plano de Ação Brasil-Estados Unidos em Educação, que deverá, entre outros elementos, encorajar programas de intercâmbio internacional acadêmico e técnico entre universidades e instituições brasileiras e norte-americanas, muito na linha do que o Ministro Haddad e o Ministro Aloizio Mercadante, por instruções da Presidenta Dilma Rousseff, estão trabalhando para realizar. Trata-se de aumentar o número de brasileiros que estudam no exterior, em particular nas áreas de Matemática, Engenharia, Ciências Exatas (Química, Física) etc.

Olhando para a Deputada Benedita, eu me lembrei de dois outros programas importantes com os Estados Unidos fruto de entendimentos acordados recentemente. Um é o entendimento sobre promoção de igualdade de gênero e outro é sobre a promoção da igualdade racial, que tem revelado mecanismos interessantes para o surgimento de novas iniciativas.

No contexto do acordo sobre igualdade de gêneros, justamente, queremos combinar esse acordo com a ideia de aumentar o número de mulheres que estudam Ciências Exatas nos Estados Unidos, também focalizando esse grupo com particular interesse.

Passando talvez para o Deputado Eduardo Azeredo — de outra forma, não teremos tempo para abordar todos os assuntos aqui, que são muitos —, agradeço-lhe muito as perguntas. Ele era um visitante assíduo em Washington, de modo que já temos aqui um diálogo que vem desde a sua época também como Presidente da Comissão das Relações Exteriores no Senado.

Começando pela questão da Bolívia, de fato, houve a promulgação de uma lei que permite a regularização de veículos sem documentação em território boliviano até o dia 1º de julho, ou seja, até o começo do mês que vem.



O objetivo do Governo boliviano é dar oportunidade para o cumprimento de exigências legais aos proprietários de veículos que tiverem ingressado irregularmente no País, em particular para aumentar a arrecadação de impostos.

Existe, no entanto, o que ficou muito evidente, o risco de essa lei regularizar carros roubados. A própria lei boliviana prevê a consulta sobre os carros aos países de origem dos veículos. Nós determinamos — eu mesmo enviei instrução ao nosso Embaixador do Brasil na Bolívia, Marcel Biato, que será recebido pelo Chanceler da Bolívia, David Choquehuanca, para tratar desse assunto — que haja um diálogo para assegurarmos que essa lei não tenha o efeito indesejado de estimular o contrabando para a Bolívia de veículos roubados em território brasileiro.

Para tal, nós nos beneficiamos de acordo entre o Brasil e a Bolívia para a restituição de veículos automotores roubados ou furtados, acordo este celebrado em abril de 2003, e de uma decisão do MERCOSUL. Nesse sentido, já existe um quadro jurídico adequado para que tratemos deste caso e para que exijamos do Governo boliviano que coopere com as autoridades brasileiras, a fim de que os veículos roubados que porventura venham a ser encontrados na Bolívia sejam restituídos aos seus proprietários legítimos. Nós estamos neste estágio.

O Deputado Eduardo Azeredo mencionou o caso Battisti. Acho que eu serei relativamente lacônico, porque a postura do Executivo é, de fato, de que este assunto estava na esfera judicial e, com a decisão do Supremo no último dia 8 de junho, a questão está encerrada.

Posso dizer, com base na minha esfera de atuação e de responsabilidade diplomática, que estive recentemente em Roma com o Chanceler Franco Frattini, da Itália, e passamos mais de uma hora examinando assuntos de interesse bilateral, comércio e investimentos, e conversamos bastante sobre o norte da África, porque a Itália tem interesses não apenas econômicos muito importantes na Líbia, mas também uma experiência de longa data no trato com a Líbia e a perspectiva de que é sempre interessante trocar informações, embora a nossa posição não seja idêntica.

Posso lhes assegurar que recolhi da parte do Chanceler da Itália uma atitude de respeito pelas instâncias jurídicas brasileiras. Assim, não considero que este tema ameace o relacionamento bilateral, já que existe grande apreço pelo Brasil,



inclusive em face da enorme colônia de origem italiana que se instalou no País. Recentemente, eu tive a honra de ser designado também representante brasileiro para os festejos dos 150 anos de unificação italiana. Pude cumprimentar o presidente napolitano, estive novamente com o Chanceler Franco Frattini, e recolhi o mesmo ambiente de respeito mútuo e desejo de mantermos as melhores relações possíveis. São esses os comentários sobre este caso particular.

Devo confessar que não tenho informações detalhadas sobre a Convenção de Budapeste. O que eu posso, sim, dizer é que nos contatos que mantenho regularmente com o Ministro Jobim, aliás, desde o período em que eu era Embaixador em Washington, tenho conhecimento de que o tema relacionado com o crime cibernético é levado com muita seriedade pelo Ministério da Defesa, em seu diálogo com diferentes interlocutores bilateralmente, até mesmo com interlocutores norte-americanos.

Aproveito a ocasião para mencionar que não foram assinados agora, durante a visita do Presidente Obama, mas foram assinados ainda no Governo do Presidente Lula, um acordo de defesa bilateral com os Estados Unidos e um acordo sobre sigilo de informação confidencial relacionado com a defesa entre o Brasil e os Estados Unidos. No contexto dessa, digamos, certa aproximação no diálogo sobre assuntos de segurança e defesa com os norte-americanos, a questão dos crimes cibernéticos figura na pauta, assim como figura na pauta de outros diálogos bilaterais que mantemos.

Sobre as pequenas embaixadas, eu conheço, de fato, a posição do Deputado Eduardo Azeredo. Diria que a abertura dessas embaixadas, em primeiro lugar, sinaliza o compromisso do Brasil na cooperação com todos os países do hemisfério americano. Existe uma vertente de valorização da afrodescendência nas Américas que, a meu ver, precisava ser lembrada. Grande parte dos países independentes do Caribe, a começar pelo Haiti, que foi a primeira nação independente negra nas Américas, é composta por população de maioria afrodescendente.

E isso aí é um elo muito importante, muito valorizado por esses países. Acho que não estabelecermos uma presença com outros países da região, Venezuela, Cuba, outros países que tenham até menos afinidade com essas ilhas do Caribe e estabelecem sua presença, seria negligenciar uma vizinhança que passamos a



valorizar, sim, de forma muito ativa, quando se trata de eleger algum brasileiro nas Nações Unidas ou na OEA. De modo que a relação não pode ser só de interesse pelo voto caribenho. Acho que tem de ser uma relação em que demonstramos nosso engajamento, nosso compromisso com países que enfrentam às vezes desafios muito *sui generis*, específicos, ligados ao fato de serem microestados, tanto do ponto de vista ambiental como de abastecimento de água.

E países aqui também têm outra faceta interessante, em que uma pequena ajuda, às vezes realmente infinitésima, faz uma diferença brutal. De modo que não é isso o que está onerando de maneira alguma o Serviço Exterior Brasileiro quando se trata, por exemplo, de criar consulados mais eficazes. Lembro que nós também temos aberto consulados quando constatamos que há um fluxo particularmente intenso de visitantes, como foi o caso agora com Portugal, em que decidimos abrir um terceiro consulado em Faro, no sul, no Algarve. E, por exemplo, como foi a abertura do consulado em Beirute, no Líbano, e também a abertura de outros consulados na América do Sul — Caracas, Cidade do México —, além da elevação do nível de alguns consulados de fronteira que de vice-consulado passaram para Consulado pleno, como foi o caso de Rivera.

Eu mencionaria rapidamente, para não deixar...

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Ministro, só para ficar claro, não falei de grandes ilhas. Haiti para mim é uma grande ilha. Falei de Santa Lúcia, Grenadines. Porque senão pode ficar a dúvida.

O SR. MINISTRO ANTONIO PATRIOTA - Sei. Não, eu estou falando mesmo de São Cristóvão e Nevis, que têm 70 mil habitantes, mas acho que não deixam de ser importantes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Sim, mas só para não ficar dúvida. Não falei de Haiti, não. Eu apoio totalmente tudo o que o Brasil faz no Haiti.

O SR. MINISTRO ANTONIO PATRIOTA - Está ótimo.

Muito obrigado, Deputado.

Deixe-me falar rapidamente do Japão, porque, de fato, o terremoto de 9 graus no Japão, seguido de um *tsunami*, foi uma das maiores tragédias naturais já vividas por qualquer nação no globo terrestre. Sem dúvida, no Japão, ao qual também estamos ligados por laços afetivos, de migração, nas duas direções, hoje, onde



residem mais de 250 mil brasileiros, nós nos mobilizamos evidentemente para dar todo o atendimento possível, afortunadamente para os brasileiros que lá residem. Pelo menos a concentração não é na parte norte da Ilha de Honshu, de modo que nenhum brasileiro faleceu durante essa tragédia. Pelo contrário, o que aconteceu foi a comunidade brasileira se organizar para levar assistência aos que foram mais afetados pela tragédia.

Em solidariedade ao Japão, fiz questão, depois de acompanhar a Presidenta Dilma, e por instruções dela em sua viagem à China, de ir a Tóquio reunir-me com o Chanceler Matsumoto, com quem tive encontro de trabalho. Ele, aliás, vai visitar o Brasil agora, e eu acho que essa visita tão rápida depois da minha passagem por Tóquio é, sem dúvida, uma manifestação de apreço pela solidariedade que expressamos. Aliás, solidariedade até mesmo em termos de doação que fizemos à Cruz Vermelha japonesa para ajudar as populações afetadas.

Mas tive a oportunidade de passar uma tarde inteira na Embaixada do Brasil no Japão, com membros da comunidade brasileira, tanto em Tóquio como em Nagoya e Hamamatsu, que são os três lugares onde temos consulados, e ouvi relatos, que muito me sensibilizaram — aliás, devo dizer que até me emocionaram —, de indivíduos que recolheram bicicletas, cobertores, dispuseram-se a organizar transportes para os que queriam distanciar-se da zona mais afetada, sobretudo também pelos vazamentos da Central Nuclear de Fukushima Daiichi. Enfim, acho que foi um desempenho que não só nos orgulha como brasileiros, mas também foi extremamente apreciado pelo Governo japonês à altura do que representa essa relação bilateral.

Estou muito satisfeito também de ter tomado conhecimento de que o Chanceler Matsumoto, que vem ao Brasil, será convidado do Governo paraguaio para participar da próxima Cúpula do MERCOSUL, Assunção, no dia 28 deste mês.

Isso digo apenas como um parênteses, se inscreve em um contexto muito interessante de crescente interesse de interlocutores de outras regiões do mundo, às vezes as mais afastadas, inclusive a Austrália é um outro exemplo, pelo que ocorre no MERCOSUL em termos de dinamismo econômico, de oportunidade comercial e de investimento.



Na última Cúpula do MERCOSUL, em Foz do Iguaçu, estiveram presentes o Chanceler da Austrália e outros representantes da área econômica de países como Turquia, Síria e outros. E agora essa presença do Chanceler Matsumoto na Cúpula do MERCOSUL de Assunção vai também na mesma linha.

O Deputado Romário falou da reciprocidade. Acho que mais ou menos já respondi. No caso com a Espanha, de fato, continuaremos monitorando, continuaremos nos reunindo com esse grupo de interlocutores que está examinando como lidar com a questão. E também lembro esse contexto de que a verdade é que hoje em dia o Brasil oferece mais oportunidade de emprego do que a Espanha, de modo que essas tendências poderão se reverter muito em breve.

As outras perguntas também tinham a ver com a Espanha. Acho que poderíamos passar para a questão de direitos humanos a que o Deputado Duarte Nogueira se referiu. Agradeço muito as suas referências. Aliás, foram várias visitas, mais de uma. Em Washington nos encontramos, inclusive durante o período eleitoral nos Estados Unidos.

Acho que dois países foram mencionados em particular: Guiné Equatorial e Irã. Eu começaria dizendo que o compromisso do Brasil com os direitos humanos é, em primeiro lugar, com os direitos humanos no Brasil.

Em relação a essa agenda, não há dúvida de que um país que tira milhões de brasileiros da pobreza extrema — e agora o compromisso é com a eliminação da pobreza extrema para valer até o fim deste Governo, inclusive dos 8% que ainda são categorizados nesse grupo, nesse setor —, um país que cria oportunidade de emprego, um país que estabelece secretarias com nível ministerial, para direitos humanos, igualdade de gênero, promoção da igualdade racial é um país que não está negligenciando os direitos humanos internamente. E isso é crescentemente valorizado e reconhecido em nossa atuação internacional. Uma atuação internacional em que não só participamos aqui dos órgãos regionais, mas também, e de uma forma talvez mais visível, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que se reúne em Genebra, para o qual fomos eleitos, para um mandato que se encerra agora em meados deste ano. Possivelmente rerepresentaremos candidatura para voltar a participar em breve.



E o que temos observado é que nesses debates sobre direitos humanos nas Nações Unidas frequentemente existe uma polarização muito grande norte-sul, o que em si mesmo é uma coisa inaceitável, porque se cria uma impressão de que as piores violações, os piores abusos, as violações mais sistemáticas acontecem onde há maior pobreza. Mas isso, historicamente, se nós olharmos desde a antiguidade até os tempos modernos, não é necessariamente assim.

Sabemos que o acúmulo de força, de poder militar e de outras formas também pode levar a situações de abuso, de modo que uma primeira preocupação brasileira é de garantir que haja um tratamento equilibrado, equitativo das violações de direitos humanos, e não concentrar atenção apenas nas violações que acontecem em países pequenos, povos vulneráveis que, em primeiro lugar, precisam buscar o caminho do desenvolvimento econômico e social, que também traz desenvolvimento em termos de direitos civis, políticos e culturais ou de direitos econômicos e sociais.

Dito isso, e o Deputado mencionou dois casos específicos, eu comentaria em primeiro lugar que a Guiné Equatorial pode ter um regime que não seja do agrado da maior parte dos brasileiros, desta Comissão ou de outros setores da sociedade brasileira, mas a verdade é que a Guiné Equatorial não é um item do Conselho de Direitos Humanos individualmente ou da agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas. Seja por que razão for, não está sendo tratado como um cenário de violações sistemáticas ou abusos que mereçam um tratamento diferenciado, de modo que isso aí já é, digamos, uma primeira consideração sobre a situação dos direitos humanos na Guiné Equatorial, embora, mais uma vez eu repita, o que queremos para os outros países é aquilo que queremos para nós mesmos: mais progresso, mais desenvolvimento, mais oportunidade e direitos civis, políticos, culturais, econômicos e sociais para a população sendo respeitados e defendidos, inclusive com uma atuação afirmativa do Governo nessa área.

Sobre a questão do Irã, eu lembraria o voto do Brasil este ano no Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, quando foi feita a proposta de criação de uma relatoria especial sobre o Irã.

Essa foi uma postura adotada pela Presidenta Dilma Rousseff, que quer levar adiante o trabalho que já vinha sendo feito no Brasil, de defesa de direitos humanos,



de promoção e proteção dos direitos humanos não só no Brasil, como refletir isso na nossa ação internacional. E foi esclarecido às autoridades iranianas que esse voto não era um voto anti-Irã, era um voto pró-direitos humanos. Eu tenho entendido que isso aí foi equacionado no espírito em que a posição foi defendida.

Por que nós votamos a favor? Porque constatamos que o Irã não estava fazendo aquilo que nós defendemos, que todos os países devem fazer, que é cooperar com o sistema de proteção e promoção de direitos humanos das Nações Unidas, ou seja, receber os relatores especiais, como nós fazemos.

Aqui no Brasil nós adotamos uma política de carta branca para a visita de qualquer Relator Especial do Conselho de Direitos Humanos, seja sobre igualdade racial, sobre execuções sumárias, sobre situações carcerárias. Frequentemente eles chegam aqui e até identificam problemas graves. Depois, elencam esses desafios, essas questões em seus relatórios, que são examinados pelo conjunto dos membros do Conselho.

Mas o nosso princípio, a nossa filosofia é de que, para avançarmos, para fazermos progresso, precisamos de diagnósticos inclusive que não sejam inteiramente favoráveis. Acho que também existe, e crescentemente, o reconhecimento dos avanços que nós temos produzido.

Isso é o que nós desejamos e propugnamos para outros países, que também recebam esses relatores. Haverá reconhecimento de aspectos positivos. Por exemplo, no Irã, se nós compararmos o Irã com outros países de fé muçulmana, veremos que há um número grande de iranianas que estão estudando em nível universitário no Irã, muito mais do que outros países muçulmanos. De modo que não é um quadro em que só existem violações. Existem também aspectos que podem ser até ressaltados como comparativamente mais positivos.

Existem processos eleitorais no Irã, quando em alguns outros países do mundo árabe nós sabemos que são monarquias com pouca possibilidade de consulta popular pelo voto. Mas simplesmente o que defendemos, e aí foi esse voto favorável, é que o Irã recebesse os relatores. Na ausência dessa atitude cooperativa, foi considerado que se justificava uma Relatoria Especial para examinar a situação do Irã.



Acho que esse é um gesto muito significativo, apreciado inclusive pela Sra. Shirin Ebadi, Prêmio Nobel, iraniana. Eu sei que, nas suas manifestações sobre a postura brasileira, ela manifestou apreço especial. Devo dizer que é verdade que a Presidenta Dilma não a recebeu, mas ela indicou o seu assessor diplomático, Prof. Marco Aurélio Garcia, para recebê-la. E aí foi ela que preferiu não se entrevistar com ele, de modo que a porta do Palácio do Planalto foi aberta, e aí compete a cada um determinar em que nível deseja conversar sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Eu peço um aparte a V.Exa., Ministro, se possível.

O SR. MINISTRO ANTONIO PATRIOTA - Sim, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Ilustre Deputado Duarte Nogueira, só porque não tem aparte nesse...

Quando o Ministro concluir, passarei a palavra a V.Exa. como Líder, em seguida, para não abrir a precedência porque não pode ter aparte neste tipo de debate. Pelo menos aqui a assessoria me orientou. Não pode ter.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Posso falar como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Como Líder, é só ele concluir aqui.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - O.k.

Ministro, a nossa indagação é no sentido de perguntar se de fato houve uma pressão da diplomacia iraniana...

O SR. MINISTRO ANTONIO PATRIOTA - Ah, sim, com todo o prazer posso responder isso. E a resposta é não. Não houve.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Porque Shirin Ebadi esteve aqui há uma semana dizendo que houve. Há uma contradição entre a manifestação da nossa chancelaria e da nossa visitante iraniana.

Por fim, há uma nota à imprensa do Ministério das Relações Exteriores, quando da visita do Presidente do Irã, Ahmadinejad, em novembro de 2009, a nota 602. E o Brasil assinou cinco documentos na visita do Presidente do Irã naquela oportunidade: o Memorando de Entendimento entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e a Vice-Presidência de Ciência e Tecnologia da República Islâmica do Irã, para cooperação na área; o Memorando de Entendimento do Ministério de



Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil com o respectivo Ministério de Comércio do Irã; o Memorando de Entendimento de Cooperação Bilateral entre o Ministério de Minas e Energia e o respectivo Ministério do Irã; o Programa Executivo do Acordo Cultural entre a República Federativa do Brasil e o Irã para os anos 2009-2012; e o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos. Infelizmente, nenhum desses tratava sobre o assunto de direitos humanos.

Mas é louvável que o Brasil, na última reunião, tenha-se colocado, no voto, pela criação de uma relatoria especial para o caso do Irã, tendo em vista que, durante o Governo Lula, o Brasil se absteve de se manifestar sobre a questão que envolve os direitos humanos no Irã. Para a comunidade internacional, soou muito mal, para um país que propugna pela questão dos direitos humanos — e internamente tem feito movimentos nessa direção —, não fazê-lo no foro adequado, no caso, no plenário do órgão das Nações Unidas.

Mas agradeço a V.Exa. a presença e as respostas prestadas.

O SR. MINISTRO ANTONIO PATRIOTA - Só para completar um pouco: “zero pressão” para não receber a Sra. Shirin Ebadi. E ainda digo mais: por coincidência, encontrava-se esta semana em Brasília o nosso Embaixador no Irã, o Embaixador Antonio Salgado, com quem almocei ontem. Falei longamente sobre a situação do Irã. Ele me disse que encontrou recentemente — no período que coincidiu com a visita da Sra. Shirin Ebadi ao Brasil — com o Chanceler Salehi, do Irã, numa cerimônia diplomática em que ele a cumprimentou e conversaram sobre vários assuntos. Não houve qualquer referência a esse tema, não houve qualquer referência a direitos humanos. Desse modo, o que eu posso dizer é que, em termos de pressão para não recebê-la, a resposta é que não houve, zero pressão. Pelo contrário, existe um desejo de manter diálogo sobre temas de interesse comum.

Eu faria uma outra observação. O senhor se referiu a uma abstenção em relação ao voto sobre o Irã, no ano passado. Essa abstenção não foi sobre a criação de uma relatoria especial sobre o Irã, foi um voto sobre uma resolução diferente, apresentada por um conjunto de países que não se coordenou com outros setores membros das Nações Unidas, em particular o Grupo dos 77, que reúne os países



em desenvolvimento. Não deu tempo para que houvesse uma negociação mais ampla. Reiteravam-se simplesmente algumas condenações, sem levar em consideração, digamos, um relatório, como acontece no Conselho de Direitos Humanos. Desse modo, a justificativa e o contexto são um pouco diferentes. Eu acho que é bom levar em consideração isso também.

Em relação aos acordos que foram assinados, enfim, nós temos relações diplomáticas normais com o Irã. Contudo, nós também observamos rigorosamente todas as decisões do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que são mandatórias, quando se trata de impor sanções a qualquer país — e aí não é só o Irã —, como embargo de armas, que seja, contra um país específico. Há pouco foi adotado embargo com relação à Líbia. E as sanções que afetam o Irã são exclusivamente relacionadas a indivíduos e setores envolvidos no desenvolvimento de energia nuclear, em função das suspeitas de que a energia nuclear no Irã não seja exclusivamente para fins pacíficos, como se esperaria de um país signatário do tratado de não proliferação nuclear. Desse modo, não há nenhuma restrição internacional do Conselho de Segurança ou de qualquer outro órgão a que um país celebre acordos com o Irã na área comercial, cultural, de isenção de vistos, e outras. Essa é uma prerrogativa que qualquer Estado tem.

Refletindo, enfim, eu acho que é importante também que, por mais que possa haver alguma restrição ao governo do país A, B ou C, sempre se deve levar em consideração que a população desse país não deve ser penalizada porque existe alguma restrição ao governo daquele país. Desse modo, a aproximação cultural, o comércio, a interação entre setores privados são formas até mesmo de se engajar com a população do país, independentemente do que o governo representaria do ponto de vista de um ou outro interlocutor.

São esses os comentários que eu teria a fazer.

Aqui me recordam que o Deputado Romário tinha-se referido a duas cidades espanholas específicas que estão procurando atrair mão de obra brasileira. Não tenho conhecimento específico. Posso até procurar e, depois, enviar-lhe alguma coisa.

O que eu posso dizer é que os nossos Consulados em Barcelona e Madri estão atentos para todo tipo de situação que possa, em alguma medida, representar



alguma ameaça a direitos de brasileiros, sob qualquer forma. E volto a dizer o que antes comentei: em um país em que há mais de 20% de desemprego, acho difícil que esteja ocorrendo isso em larga escala — enquanto no Brasil temos visto o contrário, uma melhoria muito significativa em termos de oferta de emprego. Desse modo, se surgirem situações, acho que elas serão episódicas e não refletirão a evolução, a tendência mais ampla, que é a de crescente emprego no Brasil — situação que representa um desafio para os espanhóis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Esta Presidência gostaria de mais uma vez cumprimentar o Ministro e de fazer dois registros, muito rapidamente.

Nessa ida que fizemos à Coreia, à qual o Deputado Arlindo Chinaglia estava presente — e eu gostaria de fazer o registro de público, na presença do Ministro e dos colegas Parlamentares, dessa visita que fizemos à Coreia —, encontramos com o nosso Embaixador junto àquele país, o Embaixador Edmundo Fujita, que além de fazer democracia também é artista. S.Exa. realizou lá uma exposição que fizemos questão de prestigiar, juntamente com o Presidente Marco Maia. Por decisão do próprio Embaixador — além de ser um grande diplomata, também pratica estes atos —, os recursos que arrecadou foram remetidos ao Japão, país vizinho, onde houve aquele problema. Eu gostaria de fazer este registro.

Faço outro registro: o ilustre Senador Eduardo Suplicy, de São Paulo, disse esses dias — e saiu publicado na imprensa brasileira — que a esquerda italiana tinha sido atendida com a decisão, por recomendação do Presidente Lula, do Supremo Tribunal Federal, de libertação de Cesare Battisti; e a direita também fora atendida, porque o jogador Pato está namorando a filha do Berlusconi, Bárbara Berlusconi. Esse foi o registro feito pelo Senador Eduardo Suplicy, que disse que os dois lados da política italiana estavam sendo atendidos.

Eu gostaria de passar a palavra, para que faça os seus questionamentos, ao ilustre Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, Comissão que a cada ano ganha mais importância, e ganhará mais ainda, com os adventos esportivos que o Brasil realizará: em 2014, a Copa do Mundo, a ser realizada no Rio de Janeiro e em



outras cidades brasileiras; e em 2016, as Olimpíadas, a ser realizada no Rio de Janeiro.

Tem a palavra o ilustre Deputado Jonas Donizette.

O SR. DEPUTADO JONAS DONIZETTE - Boa tarde, Presidente Carlos Alberto Leréia. Quero antes cumprimentá-lo e agradecer-lhe a gentileza de compartilhar esta audiência com a Comissão de Turismo e Desporto.

Cumprimento o nosso Ministro Antonio Patriota.

Sr. Ministro, na condição de Presidente da Comissão de Turismo e Desporto, quero deixar registradas duas questões.

Primeiro, quero colocar V.Exa. a par de um trabalho que a Comissão de Turismo está fazendo na desoneração de tributos para os turistas que vêm para o Brasil. Digo isso porque o turismo tem uma lógica inversa a de outros produtos. Como funciona a desoneração na exportação? Eliminam-se os tributos para que o produto brasileiro possa ser enviado, com custo menor, para o exterior. No turismo, ocorre o inverso: nós temos que baratear o Custo Brasil para que os turistas estrangeiros venham mais para o nosso País.

Faço apenas um comparativo: a Argentina, no ano passado, recebeu 5 milhões e 300 mil turistas; o Brasil recebeu 5 milhões, ou seja, 300 mil turistas a menos. O que V.Exa. disse é verdade, os turistas brasileiros estão viajando mais ao exterior, devido à valorização da nossa moeda, mas precisamos ter uma preocupação inversa, a de fortalecer também o nosso turismo.

Nessa esteira, quero perguntar como o Ministério das Relações Exteriores está-se preparando, como disse o Presidente Carlos Alberto Leréia, para os eventos que vamos realizar, que são um cartão de visita.

O Governo brasileiro tomou a decisão acertada de dividir em 12 sedes a nossa Copa do Mundo. Vamos poder mostrar desde a cultura gaúcha até a Festa do Boi de Parintins — a Comissão de Turismo lá esteve esta semana. Vamos poder mostrar para o mundo a nossa diversidade cultural. Esses turistas que visitarão o nosso País durante a Copa do mundo serão mensageiros: se forem bem tratados, falarão bem do País lá fora; se levarem uma má impressão, será muito ruim para o Brasil.



Portanto, indago como o Ministério das Relações Exteriores está se relacionando com o Ministério do Turismo nessa questão.

Trago outro ponto. Fizemos um seminário — a Comissão de Turismo, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos — sobre turismo sexual, questão contra a qual o nosso País tem travado um combate muito grande. A EMBRATUR, já há um bom tempo, parou de usar imagens de mulheres com pouca roupa para divulgar o nosso País e passou a dar mais ênfase às nossas belezas naturais, mas nós ainda sofremos, principalmente com questões que envolvem pedofilia. Por isso, fizemos um requerimento, por intermédio da Comissão, pedindo tanto ao Ministério da Justiça quanto ao Ministério das Relações Exteriores que abordem esse tema com esses países — a Alemanha tem tido muito problema nessa questão —, para que as autoridades locais coíbam esse tipo de divulgação do nosso País no exterior. Digo isso em nome da Comissão de Turismo.

Apenas quero deixar registrado este ponto: entendo a questão da reciprocidade que o nosso País adota no que diz respeito às relações internacionais, mas refletimos sobre a possibilidade de países que são emissores de turistas terem a facilidade de um visto eletrônico para que possam adentrar o país. Deputados da Comissão certamente vão abordar essa questão com mais detalhamento nas perguntas, mas, como Presidente, eu também gostaria de deixar essa questão registrada.

No mais, agradeço a V.Exa. a presença e cumprimento-o por esses meses à frente da nossa Chancelaria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Da mesma maneira, a Presidência vai assim proceder: todos os Parlamentares inscritos farão as perguntas e, no encerramento, o Ministro responderá.

Faço a leitura do nome dos inscritos — alguns desistiram: Deputado Otavio Leite, Deputado Ivan Valente, Deputado Arlindo Chinaglia, Deputada Benedita da Silva, Deputado Dr. Rosinha e Deputado Sebastião Bala Rocha.

Passo a Presidência ao ilustre Presidente da Comissão de Turismo e Desporto. Na sequência, fará uso da palavra o Deputado Otavio Leite.



S.Exa. assume a Presidência para que eu possa fazer um atendimento em meu gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - O Deputado Otavio Leite tem a palavra. Na sequência, fará uso da palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Obrigado, Sr. Presidente.

Eminente Ministro, primeiro manifesto um reconhecimento. Estive, por duas ocasiões, de moto próprio, em um importantíssimo evento organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, cujo propósito é promover o debate, discutir e aproximar aquilo que se intitula “as representações dos brasileiros pelo mundo”: são cerca de 4 milhões de brasileiros espalhados pelo planeta. E, diga-se de passagem, independentemente da necessidade de sempre cultivarmos os laços e proximidades, etc., para a saúde financeira da nossa economia, contribuem com cerca de 7 bilhões, ao ano, de ingressos livres para o Brasil.

Portanto, há um esforço nesse sentido. Há uma organização de representantes sendo eleitos pelos quatro cantos do mundo. Se não me engano, em outubro haverá um grande encontro no Brasil. Até já dei entrada a um pedido para que também se realize nesta Comissão um bom encontro, para que possamos ouvir as demandas e os anseios, porque evidentemente são brasileiros que estão por aí, muitos deles, precisando de apoio.

Quero reiterar, portanto, que gostei muito de ir, em duas oportunidades, a esse encontro realizado no Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, quero objetivamente lembrar, considerando esse viés econômico que o turismo representa para a saúde financeira do Brasil, que na conta turismo há aquilo que se intitula “déficit de transações correntes” — que cada vez cresce mais no Brasil, essa é a verdade, por mais que tenhamos superávit nas exportações de manufaturados. Nas transações correntes temos déficit, e a conta turismo em 2009 apontou um déficit de 5 bilhões. Em 2010, ano passado, foi a 10 bilhões. Os brasileiros deixaram no exterior 15 bilhões de dólares, enquanto os estrangeiros deixaram no Brasil 5 bilhões, como bem lembrou o Presidente da Comissão de Turismo, ao identificar que são 5 milhões os ingressos de turistas, que gastam em média mil dólares cada um. Esses são os números.



Dados recentes do Banco Central, bem vivos, mostram que o déficit acumulado no bimestre janeiro/fevereiro já está na ordem de 2,9 bilhões, ou seja, há uma projeção — conservadora, eu diria — de 15 bilhões. Observem o exponencial crescimento de um déficit! Isso é ruim? Isso é ruim para o Brasil. Não se trata, evidentemente, de cercear a viagem de seu ninguém. É bom que os brasileiros viajem pelo mundo, isso é um direito. O que se propõe? Propõe-se — e não é de hoje que se vem debatendo esse assunto — que tenhamos uma política para atrair mais turistas.

Várias providências podem ser adotadas. Uma delas, eminente Ministro, como o senhor sabe bem, é facilitar a emissão de vistos para estrangeiros. O mercado americano é responsável pelo número de 54 milhões de viagens no ano. Cinquenta e quatro milhões de norte-americanos decidem ir para algum canto no ano, e vão para algum canto, e 1% deles vem ao Brasil, basicamente isso. Então, há um potencial formidável para se expandir em termos de captação de turistas para o nosso País e, por conseguinte, de gastos dentro do Brasil e geração de emprego e renda.

Depois de longos debates nesta Casa, culminamos com uma proposta para facilitar a emissão, através do mecanismo do visto eletrônico, com todas as salvaguardas, mantendo a tarifa de 150 dólares, mantendo todos os princípios que norteiam a reciprocidade, que nós julgamos deve ser mantida.

A minha pergunta é se V.Exa. tem o substitutivo a esse projeto, que está pronto para ser votado. Hora se tenta, ora se vai, ora se recua, enfim, há aquela velha máxima, futebolisticamente falando: o projeto fez que ia, não vai e acabou não “fondo” ainda. O fato é que é importante, compreende?

Eu queria trazer nesta oportunidade especialíssima da sua presença na Casa essa ponderação, para que o Ministério examine o substitutivo, observe o que está correto, o que pode ser feito. Nós achamos inclusive que tem que ficar dentro da alçada discricionária do Poder Executivo — e leia-se do Ministério — identificar qual o mercado de potencial turístico para aí, sim, naquele, o visto ser facilitado e não *erga omnes* pelo mundo fora, porque há problemas de imigração ilegal, que vêm crescendo. Repito: vêm crescendo. Não quero entrar em detalhes, porque inclusive



eles são reservados. Tivemos acesso a dados da Polícia Federal que nos preocuparam.

No campo político do turismo, com um viés para fortalecer a nossa economia, não há por que não experimentarmos pelo menos durante um período uma emissão de visto mais facilitada.

Queria apenas ponderar nessa direção e saber se V.Exa. tem esse substitutivo e lhe entregar... Agradeço muito.

Quero dizer o seguinte, só para fechar. Quanto ao primeiro ponto, eu até apresentei uma emenda que não passou, graças a Deus, porque 80% das minhas emendas foram vetadas, Deputado Arlindo Chinaglia, nosso Presidente. Mas essa para fortalecer os brasileiros pelo mundo não passou pela tesoura afiada do Ministério do Planejamento deste País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jonas Donizette) - Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Ministro Antonio Patriota, obrigado pela presença aqui. Já estamos numa rodada posterior, mas há algumas questões que eu quero perguntar a V.Exa. sobre política pública e externa do Governo.

Ontem nós fomos surpreendidos pela declaração da Ministra de Relações Institucionais de que o Governo vai atender às reivindicações do ex-Presidente José Sarney e do Senador Fernando Collor e vai manter o sigilo eterno de documentos. Eu entendo isso como uma coisa extremamente grave, um retrocesso enorme em matéria de democracia e direitos humanos para o nosso País.

A capa da *Folha* de hoje inclusive diz que o PT no Senado se opõe a essa posição do Governo, da Presidente Dilma de não permitir... Até porque se avançava na direção da Comissão da Verdade aqui. E eu entendo que isso vai ter um grande impacto, porque o Brasil é o país da América Latina mais atrasado na investigação das questões de direitos humanos e de assassinatos e tudo o que foi praticado no Cone Sul pelas diversas ditaduras militares.

Essa questão do sigilo eterno de documento é mais ampla. Até o Procurador-Geral da República falou que a decisão é inconstitucional e que entrará contra ela.



Quero saber qual a posição do Governo brasileiro e que impactos V.Exa. vê nessa medida para o Itamaraty, para o Ministério das Relações Exteriores.

A segunda questão é sobre a Espanha. Eu já tratei da questão da Espanha. Há 2 anos eu convoquei... Uma estudante da Universidade de São Paulo foi barrada na Espanha. Nós fizemos uma pressão muito forte sobre a Embaixada da Espanha, mas eu acho que as pressões continuam. Eu não sei, mas eu iria na direção de que o Brasil deve estabelecer medidas, porque o endurecimento é geral na Europa, inclusive intereuropeu, por causa da crise econômica. Há também imigrações do norte da África, mas não é possível que cidadãos brasileiros sejam barrados depois de cumprir todos os requisitos necessários.

Finalmente, eu quero tratar de uma questão, Ministro, sobre a posição do norte da África. Diferentemente de outros setores, quero tratar da seguinte questão. Eu acho que o Brasil nessa... Primeiro, nós tivemos um incidente aqui que me pareceu muito desagradável. O Presidente dos Estados Unidos pediu a intervenção na Líbia com bombardeio da OTAN, quando se encontrava em nosso País. Ele abre uma entrevista mandando bombardear outro País, uma decisão da OTAN. Achei muito negativo isso. Achei até que o Governo brasileiro foi excessivamente diplomático nessa questão.

Quero em particular perguntar a V.Exa. sobre a resolução no caso da Líbia. Nós entendemos como muito bem-vindos todos os processos de participação e de derrubada de ditaduras no norte da África, etc. Com o que eu não concordo é que haja dois pesos e duas medidas estabelecidas pelos países centrais do capitalismo e basicamente da OTAN. Quando começou o movimento no Bahrein, a Arábia Saudita mandou tropas para abafá-lo na praça. No Iêmen é o mesmo problema: milhões de pessoas estão nas ruas, mas ninguém bombardeia o Iêmen. E ele foi se tratar Arábia Saudita. Repito: foi se tratar na Arábia Saudita.

Eu acho que a Liga Árabe também não é nenhum exemplo de democracia para o mundo todo.

No caso da OTAN, na Líbia, o que eu queria colocar é o seguinte: todos concordam que há uma ditadura cruel na Líbia, que realmente iniciou um processo de mobilização semelhante ao da Tunísia e do Egito, mas não é verdade que a situação da Líbia seja a mesma dos outros países. E agora a resolução da ONU,



que era para proteger civis, neste momento, virou um verdadeiro tiro ao alvo sobre civis na cidade de Trípoli ou qualquer cidade da Líbia. Não são alvos militares, são bombardeios diuturnos proporcionados pela OTAN.

E eu quero perguntar a V.Exa. se o Brasil e os países que se abstiveram, no caso os BRICs e a Alemanha, não vão se manifestar sobre a violação da própria resolução da ONU. O que está sendo feito é uma violação permanente da resolução da ONU que eles mesmo aprovaram, com abstenção do Governo brasileiro. Eu acho que devíamos ir a público mostrar que rigorosamente o que está sendo feito lá é interesse das potências. É um cinismo dos Governos italiano, francês, americano, que receberam Khadafi poucos meses antes, que proporcionaram um salvo-conduto a ele.

É importante também dizer que nas forças rebeldes a própria imprensa internacional controlada disse que militantes da Al-Qaeda estão em Benghazi, cinicamente alimentadas com armas e recursos de países ocidentais.

Queria que V.Exa. se pronunciasse sobre essa questão e finalmente sobre o último massacre de populações palestinas nas fronteiras, num dia de protesto pela criação do Estado Palestino. Eu acho que o Governo brasileiro deveria... Há repetidamente pessoas desarmadas, manifestações civis nas fronteiras contra armamento pesado e dezenas de mortes patrocinadas pelo Governo israelense, armado até os dentes, praticando, na minha opinião, uma lógica de terrorismo de Estado.

Eu queria que o Governo brasileiro se pronunciasse de forma um pouco mais incisiva sobre isso. No Congresso Nacional, nós temos duas vertentes. Uns querem bater no Paraguai e na Bolívia — *“Nós somos fortes, nós queremos bater nos fraquinhos”*. Então, não pode fazer o acordo de Itaipu. Quando chega na hora de bater nos grandes, que são os que bombardeiam mesmo, massacram civis, aqui não há nenhuma palavra.

Então, em nome do que não aconteceu em Guantánamo, que era dissolver e fechar, o Presidente Obama esteve aí, era promessa de campanha dele, não fechou Guantánamo, centro de torturas norte-americano em Cuba, num outro país, é que estou colocando essas questões. Acho que poderíamos ter nessa política de direitos



humanos, como defendemos integralmente, inclusive contra o Irã, os excessos que são praticados por aquele Governo, deveríamos também nos colocar nessa direção.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Tem a palavra o ilustre Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, cumprimento o nosso convidado, o Embaixador Patriota, nosso Chanceler, e também, a exemplo já do que fez, cumprimento o Deputado Leréia pelo gesto de lembrar o trabalho do Embaixador Edmundo, eu queria acrescentar o nosso agradecimento pelo trabalho que foi feito junto com a delegação brasileira, de resto, como o Itamaraty sempre faz com as várias delegações do Congresso Nacional pelo mundo afora, tendo inclusive tido a atitude de enviar — não quero citar o nome, senão fica parecendo que foi combinado —, mais um funcionário, um embaixador em início de carreira, brasileiro, para também nos acompanhar lá.

Há um filme chamado *Reds*, que trata da história de John Reed, que escreveu *Os 10 Dias que Abalaram o Mundo*. Nesse filme, em dado momento, na condição de jornalista e revolucionário, lhe é dada a palavra no curso da Revolução Russa e ele se dirige a uma população de religião islâmica, isso no início do século XX. Ocorre que, o que ele falou, foi, digamos, como ele falava em inglês, para o russo, a versão alterou, e o filme atribui ao Zinoviev, um dos dirigentes daquela revolução, e ele fala e causa uma empolgação tremenda e ele não entende porque, simplesmente, colocaram na boca dele aquilo que foi aplaudido como guerra santa.

Para dizer o que, então? Que o tema da religiosidade é um tema explosivo já há mais de século e, quando a respeitada Prêmio Nobel da Paz, a militante pelo direitos humanos Shirin Ebadi decide, unilateralmente, que deveria ser recebida pela Presidente da República, penso que ela poderia e deveria ter feito uma sondagem antes. Entretanto, acredito que, pela qualidade da sua militância, ela fez de caso pensado, ou seja, se fosse recebida, teria um efeito e, se não fosse recebida, teria outro efeito.

O que eu quero registrar é que ela tem todo o direito, mas não creio que o militante, por melhor que seja, possa pautar a presidência de qualquer país. E faço isso com respeito, até porque a Ministra Maria do Rosário se dispôs a sair da Região



Norte, em nome do Governo brasileiro, para recebê-la. Ou seja, ela teve um atitude que nós respeitamos, mas eu faço o comentário para dizer que, e outro dia fiz referência aquilo que chamei de uma piada e seria uma piada cínica, que o Brasil será o segundo País do planeta que vai pautar todas as suas relações internacionais pelos direitos humanos, porque o segundo embaixador, Ministro, porque nós vamos ficar procurando o primeiro durante muito tempo... Ou seja, ao se definir uma política de direitos humanos, cabe ao poder que a implementa decidir como fazer. Ou seja, seria um tremendo retrocesso, e nós, Parlamentares brasileiros, entendermos de maneira inversa aquilo que foi a mensagem da Presidente Dilma para o mundo inteiro, especificamente, no caso das mulheres, que não admitia, digamos, o apedrejamento, entre outros mecanismos de tortura.

Pois bem, o Deputado Rosinha me lembra que, inclusive, à época, o Presidente Lula ofereceu asilo para aquela senhora, o que resultou, digamos, num avanço, até onde foi possível, e o Brasil teve papel decisivo. Ou seja, eu acho que a definição de nos orientarmos em defesa dos direitos humanos é um bem, digamos, é um valor inalienável. Segundo, como aplicar aí... Evidentemente, nós não podemos, a partir daí, virar analistas acadêmicos supostamente para saber onde é que se violentam ou não direitos humanos. Exemplo, eu não quero dar o nome nem do continente para não parecer algo preconceituoso, mas há, digamos, no presente momento, pelo menos um país que está no noticiário, onde as mulheres e as crianças são vítimas de estupro. Bem, imaginem então se nós adotarmos essa referência, é um país com o qual todo mundo ocidental tem relações. Imaginem, então, se nós adotássemos essa referência, se nós absolutisássemos essa referência, nós iríamos evoluir para uma verdadeira grande ilha brasileira.

Pois bem, dito isso, como direitos humanos não é uma questão menor e nem tampouco a defesa da democracia, que visa, entre outros objetivos, preservar direitos humanos, a minha pergunta é a seguinte: a resolução da ONU, no que tange à Líbia, está sendo cumprida? Por que a minha suposta dúvida, traduzida na forma de pergunta? É porque nada indicava que uma zona de exclusão aérea indicaria bombardeio e o objetivo nessa altura agora, explícito, de depor o Kadafi. Não se trata de defendê-lo. Trata-se de respeitar aquilo que a própria ONU delibera. Isso vem a propósito de uma visita de uma delegação de Deputados dinamarqueses, e o



Presidente Leréia ofereceu ali um almoço. E eu diria assim, a Deputada, que era chefe da delegação, então, cobrou a posição do Brasil frente à questão da Líbia, e argumentou para saber se o Brasil estava ou não preparado para ocupar um assento permanente no Conselho Permanente de Segurança da ONU. Ao que eu respondi com outra pergunta: mas por que nós não estamos aqui discutindo o Bahrein?

Porque, vejam, a Arábia Saudita se dá o direito de bombardear a população civil no Bahrein e parece que não há, digamos, nenhuma resolução da ONU à vista a não ser, digamos, posicionamentos genéricos e de eficácia bastante duvidosa. A minha pergunta então, com essa observação, é: na opinião de V.Exa., existe alguma... O senhor começou aqui dizendo que se costuma dizer que é um mundo multipolar. Em outras palavras, aqui são as minhas, é minha responsabilidade, não necessariamente tão multipolar, porque os poderes são distintos. A minha segunda pergunta é: essa multipolaridade está atendendo à unipolaridade no que tange ao tratamento do norte da África e do Oriente Médio?

Terceira observação, e aqui com o respeito devido a todos os companheiros que já usaram da palavra. É verdade que o Presidente da Bolívia, Evo Morales, exagerou na dose quando colocou as Forças Armadas para ocuparem o prédio da PETROBRAS naquele momento. Aquilo me lembrou, viu, Senador, Governador Azeredo, candidato que começa bem nas pesquisas, mas sabemos que não vai ganhar. Eu, à época, era Presidente da Câmara. O que vou dizer, portanto, é um testemunho sem dar nome de interlocutores, mas o fato é que o Presidente da Bolívia é de uma cultura. Ele, digamos, tomou aquela atitude e foi chamado às falas, reservadamente, e o Brasil estava preparando-se para importar gás de outras partes do planeta, o chamado gás liquefeito. Ou seja, houve aquela entrada, digamos, completamente propagandista, possivelmente visando às eleições internas, mas, como resultado final, o Brasil não precisou bombardear a Bolívia, não precisou mostrar força. O Brasil mostrou o que era aquela situação, e ele teve de recuar. Isso ficou nítido. E o Presidente Lula fez aquilo num ano eleitoral, foi bastante criticado, mas eu acho que o resultado foi até positivo.

E finalizo, para ajudar o nosso Embaixador, embora não seja preciso, traduzindo o seu linguajar quanto às pequenas embaixadas para o nosso mundo.



Todos nós sabemos que às vezes atender a um Vereador não custa nada, mas aquilo acaba tendo repercussão muito importante em eleições futuras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Tem a palavra a ilustre Deputada pelo Rio de Janeiro Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar, pelo brilhantismo, o Embaixador Antonio Patriota. Dado o avançado da hora e as intervenções já feitas até este momento, eu não queria enfadá-lo, até porque algumas das perguntas que eu ia fazer já foram feitas e inclusive as respostas foram dadas pelo nosso Ministro. Mas eu gostaria de dizer aqui, até porque o Deputado Eduardo Azeredo declarou qual é a sua posição em relação a abrir embaixadas em países pequenos, que são formações que se consolidaram em processos de independência e, portanto, é importante que as relações do Brasil com esses países sejam sobretudo de direito e de respeito.

Devemos dar o mesmo tratamento a esses países que estão em processo de independência econômica, em processo de desenvolvimento, em processo de consolidação da sua política e da sua cultura. Por isso, penso que o Brasil deve continuar abrindo embaixadas, fortalecendo esses países, até porque não existe outro país que não o Brasil com uma população tão grande quanto nós brasileiros da diáspora negra. Então, são importantes essas sinalizações. Elas são evidentes, num contexto de reconhecimento da autodeterminação e da independência dos povos.

Eu gostaria também de levantar, *en passant*, a questão, no MERCOSUL, do reconhecimento da qualificação dos trabalhadores e também da certificação de conclusão dos seus cursos. Foi dito pelo Ministro, se não me engano, porque não fiz anotações, que nós já temos alguns avanços nesse sentido, mas é importante, principalmente na área de medicina, em que existe um número grande de brasileiros que vão estudar fora, que numa relação de mão dupla, é evidente, entre os países do MERCOSUL, tratemos de reconhecer os diplomas desses profissionais formados, sejam médicos, sejam dentistas. Nós temos tido esse problema, e já há algum tempo eu venho posicionando-me em relação a isso. Acredito que nós poderíamos avançar um pouco mais.

Outra questão refere-se à ratificação das convenções que o Brasil tem ainda de fazer. E, como aqui nesta Casa nós não podemos deixar de pedir, eu quero dizer



que acabamos hoje, praticamente, o texto final da Convenção do Trabalho Doméstico, e eu gostaria muito de já pedir que a nossa Presidenta Dilma ratifique essa convenção. A relatoria foi designada ao Brasil, que teve um papel relevante nesse processo. Estive presente à reunião da OIT em Genebra, fazendo essa discussão e dando o meu apoio à causa, e creio que o Brasil poderia dar um salto maior de qualidade nas suas relações, sendo altamente respeitado pela África, onde temos esse trabalho doméstico, e principalmente pela Europa.

Eu gostaria ainda de ponderar sobre as questões levantadas pelo Deputado Romário e também apresentadas aqui pelo Presidente da Comissão de Turismo, o Deputado Jonas Donizette, quais sejam: o turismo e o tráfico de pessoas. A Casa já teve várias CPIs, e eu fui Presidenta de uma delas, em tempos passados, e temos ciência de que existe esse tráfico, de que ele persiste. Nós precisamos dar ao Congresso Nacional, e não só à Câmara dos Deputados, nas relações bilaterais, conhecimento das ações do nosso Governo em relação a esse combate.

E, para concluir, quanto à regulamentação documental de estrangeiros em nosso País, eu queria levantar uma questão, no sentido de que o Brasil está cada vez mais se aproximando dos países africanos e fortalecendo as suas relações com eles, seja no âmbito comercial, seja no político. No entanto, apesar de haver muitos africanos estudando no Brasil, com bolsas de estudos importantes, nós temos a informação de que pessoas formadas, com conhecimento, estrangeiros oriundos da África chegam ao Brasil e encontram enormes dificuldades para regulamentar sua situação no País. No Estado do Rio de Janeiro, são centenas e centenas desses africanos que se encastelam nas favelas por não terem onde morar e não resolverem a sua situação. Às vezes são famílias inteiras, homens e mulheres formados, de diferentes línguas, que poderiam estar sendo aproveitados num contexto educacional mais amplo, até na área de turismo, por exemplo, em razão da Copa do Mundo e de outros eventos, mas que têm encontrado grandes dificuldades, e envolvem-se inclusive com o tráfico e outras coisas dessa natureza.

Então, eu gostaria de sugerir, aproveitando essa vontade que o Brasil tem tido para com a África, que nós pudéssemos também fazer um acompanhamento não vou dizer mais eficaz, porque o Brasil tem dado passos enormes em relação aos estrangeiros, mas que tivesse um olhar muito particular para a África.



Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Tem a palavra o ilustre Deputado Dr. Rosinha, representante do Paraná.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, é um prazer enorme receber aqui o Ministro Antonio Patriota, que nos proporciona este debate. Há cerca de 45 dias eu estive na Alemanha, acompanhado pelo Deputado Sebastião Bala Rocha, e entrei sozinho num restaurantes para almoçar. Eu não falo alemão nem inglês; então, imaginem como é ter de se virar nessa situação. E rapidamente fui identificado como sendo do Brasil, até porque é possível identificar-se logo. Antes de me trazer o cardápio, o garçom trouxe-me um jornal, e a foto que havia na segunda página era daquele policial no Amazonas dando um tiro na cabeça de um adolescente. Isso mostra como pode ser vista a imagem de um país no exterior, de uma maneira individual ou de uma maneira política.

Aí eu digo: na mão de um Parlamentar, não deveria a Alemanha assinar acordo com o Brasil, porque isso diz respeito aos direitos humanos; afinal, um policial está exercendo a sua função em nome do Estado. Então, eu faço essa observação para ver os cuidados que temos de tomar ao fazermos este debate, cuidado que eu tenho visto que não tem sido tomado por alguns Parlamentares aqui da Câmara dos Deputados. Não que nós não queiramos que sejam respeitados os direitos humanos. Queremos que se respeitem os direitos humanos, queremos que eles sejam respeitados no mundo todo. Agora, em se tratando de política internacional, se eu for me pautar única e exclusivamente por esse princípio, digam-me aqui com que país eu vou assinar acordo bilateral.

Agora há pouco foi dito que na Espanha — na Espanha e em toda a União Europeia — há uma diretiva de retorno aprovada, e essa diretiva de retorno permite que o imigrante, sem nenhum tipo de ação judicial, nenhum tipo de investigação, fique por até mais de 6 meses em detenção, sem nenhum mecanismo de defesa dos seus direitos. Nos Estados Unidos nós sabemos como é que se trata o imigrante ilegal. Então, ora, eu tenho de tomar cuidado ao fazer o tratamento desses temas, até porque não é um tema solto, separado de questões culturais.

Nós sabemos como é que foi construído o processo cultural. Aquilo que para mim é democracia para eles não é, até porque o conceito de democracia e de direito



civil não é o mesmo nesses países. Então, eu tenho de tomar cuidado ao fazer este debate, e não fazer disso um cavalo-de-batalha, como se fosse a razão mais importante.

E quero chamar a atenção para o fato de que o Brasil na ONU, independentemente de qual fosse o Presidente, sempre teve um papel, geralmente o de fazer abstenções de voto. Eu pergunto: nos Governos anteriores foi condenada a questão dos direitos humanos em quais países pelo Brasil? Em qual deles? Eu não me lembro de nenhum. O Brasil absteve-se sobre praticamente todos, como numa cultura de abstenção.

Eu acho que é um tema extremamente importante; no entanto, quando ouço Duarte Nogueira falar — ele acabou saindo —, eu quero dizer que o Presidente do Peru, Fujimori, desrespeitava os direitos humanos, e foi homenageado no Brasil com honras, mesmo com o protesto de alguns segmentos, entre os quais eu me situo como um dos que protestaram — eu não era Deputado Federal na época —, mas ele veio e recebeu as honras do nosso Governo de então, da época. Então, eu acho que nós temos de virar o disco nessa questão.

Não esquecemos os direitos humanos. Fazemos essa defesa como uma bandeira universal. Mas há de se virar o disco, no sentido de que os acordos internacionais assinados, independentemente de quem seja o Presidente, são acordos que nos trazem contribuição, no sentido de integração do nosso País no mundo todo, uma integração soberana. Em torno da América do Sul, isso significa contribuir para integração da América do Sul, da América Latina. Acho que é este o debate fundamental que nós temos de fazer.

E sobre a questão da visita da Sra. Shirin Ebadi, eu acho que o que disse o Deputado Arlindo Chinaglia está perfeito, não tenho nada a acrescentar. Obama, se vier ao Brasil qualquer dia como simples membro do Prêmio Nobel da Paz, é bom marcar com antecedência, independentemente de quem seja o Presidente. Não se vai furar pauta. Furando pauta nós vamos virar o País. Pode vir aqui Esquivel, pode ser recebido, é claro que pode ser recebido, mas tem de marcar com antecedência, e não chegar e ditar a regra do dia que quer ser recebido.



Eu tenho a mesma posição do Deputado Arlindo Chinaglia. É uma posição deliberada. Se recebeu, ótimo, é uma visão no mundo; se não recebeu, é outra visão no mundo, e uma razão a mais para a Oposição espernear no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Tem a palavra o nobre Deputado Sebastião Bala Rocha.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO BALA ROCHA - Obrigado, Sr. Presidente. Ministro Patriota, é um prazer reencontrá-lo. Serei econômico no tempo. A hora já está muito avançada.

Ministro, eu sou Presidente de um grupo parlamentar no Congresso; é o Grupo Parlamentar Brasil-União Europeia, e ele foi criado em 2007, inspirado em três questões que até parecem de ontem, porque essas questões estão de novo na ordem do dia, nas discussões entre Brasil e seus parceiros, as outras nações que nos inspiraram a criar esse grupo. A primeira é a da Guiana Francesa, a questão da fronteira com o Amapá, Estado onde moro e que represento na Câmara; depois, o caso da suspensão da importação de carne pela União Europeia, em 2007; e o terceiro ponto é exatamente a migração para a Espanha. Esses são os três pontos que naquele momento nos inspiraram a criar o Grupo Parlamentar.

Vejamos as questões com a Guiana Francesa. Temos lá construída a ponte, Ministro. Está pronta a ponte, ligando o Amapá à Guiana Francesa, e eu tenho insistido que não é apenas uma fronteira simples a do Brasil, ou do Amapá, com a Guiana Francesa; é a fronteira do MERCOSUL com a União Europeia. Então, nós temos lá, já construída, uma ponte ligando o MERCOSUL à União Europeia. Ocorre, Sr. Ministro, que nós não temos posto de fronteira, e nós não temos acordo de trânsito de pessoas ainda — nem de veículos, mas sobretudo de pessoas. E temos o mesmo problema na nossa fronteira que está acontecendo na Espanha com relação à imigração.

V.Exa. fala na possibilidade de reciprocidade com relação à Espanha, e nós do Amapá pedimos também reciprocidade com relação à França, nessa questão da Guiana Francesa. Os franceses ingressam no Amapá e no Brasil sem exigência de visto, mas o amapaense ou o brasileiro que ingressa na fronteira da Guiana Francesa, se não tiver o visto, é preso na cidade lá da fronteira, que é São Jorge, preso e deportado. E as deportações são cruéis! Elas não respeitam os direitos



humanos. Estão deportando brasileiros da Guiana Francesa para regiões longínquas do Amapá, e o certo seria deportar, se se tivesse de deportar, para o Amapá onde está a fronteira, onde há o ingresso.

Na questão da carne eu já gostaria de ser direto, para não aprofundar muito este debate, e perguntar a V.Exa. como está essa situação hoje, com relação à importação de carne pela União Europeia, desculpe, pela Rússia, e que providências foram tomadas pelo Governo brasileiro e pelo Itamaraty nesse sentido.

E sobre a Espanha, rapidamente também, somente uma pergunta, Sr. Ministro, com relação a essa dificuldade dos imigrantes brasileiros com a Espanha, que me parece muito singular; nós temos 27 nações na União Europeia e o maior problema que nós temos, nessa questão de imigração, é exatamente com a Espanha, porque, como eu disse, recrudesce aquele problema de 2007; o que é que há por trás disso? O que é que há por trás dessa situação, com relação à imigração?

E, para concluir, há um assunto de que eu tinha deixado de falar, Sr. Ministro, com relação, ainda, à inauguração da ponte; eu sei que V.Exa. está coordenando a inauguração dessa ponte, que é muito importante para o Amapá e para o Brasil, e para as relações com a França, sobretudo, mas eu quero fazer um apelo a V.Exa. no sentido de que deixe para inaugurar essa ponte mais ao final do ano, quando todas essas questões que abordei aqui estiverem já resolvidas, como a do posto de fronteira, em que não está, parece-me, sequer iniciada ainda a obra, e a questão do acordo de trânsito dos brasileiros para ingressarem lá na Guiana Francesa.

Obrigado, Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Tem a palavra o último inscrito, o ilustre Deputado André Zacharow, do Paraná.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW - Sr. Ministro, ao apreciar aqui nesta Casa o acordo entre o Brasil e a Santa Sé, eu fiquei com uma dúvida muito grande. A dúvida é a respeito do encaminhamento de acordos para esta Casa. A Constituição, no art. 49, estabelece que é competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos e atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. E eu verifiquei, na análise daquele tratado, a existência de um outro tratado, anterior. Esse que eu analisei foi assinado em 13 de novembro de 2008 e ratificado pelo



Presidente da República em 2010; mas ele, no art. 20, faz menção a um tratado anterior, assinado em 23 de outubro de 1989 pelo Presidente Sarney, que gera inclusive despesas para o Erário e que não veio para cá. E no art. 20 desse último acordo praticamente nós ratificamos aquele que não foi encaminhado para cá.

Aí eu fui ao Ministério, ao Itamaraty, e verifiquei a existência de um Manual sobre Tratados Internacionais, no qual é feita uma qualificação do que vem e do que não vem para cá. Eu não sei se isso é do conhecimento da Comissão, mas eu gostaria de obter esclarecimentos acerca dessa matéria. Não vou discutir mais o tratado. Eu acho que ele foi inconstitucional. À época, trouxe privilégios para um credo, e eu acho que este é um Estado laico. Nós não podemos, então, ficar em uma situação indefinida, e o que me causou uma grande dúvida foi o não encaminhamento desse tratado anterior. Quero saber se existem outros nas mesmas situações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Está bem.

Após ouvirmos o último inscrito, esta Presidência pede a compreensão dos ilustres pares, porque nós já temos a abertura da sessão ordinária e do painel, e temos ainda uma agenda de almoço. Então, eu vou pedir ao Ministro para dar as suas respostas a cada questionamento que ele achar conveniente responder, e em seguida nós vamos encerrar a presente reunião para que todos possam almoçar. Eu mesmo, obrigatoriamente, tenho de almoçar, por causa de um remédio que tomo.

Tem a palavra o ilustre Deputado Arlindo Chinaglia para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu sugiro a V.Exa. que, quando vier um convidado tão ilustre, ofereçamos um almoço na forma de sanduíche durante a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - *(Risos.)* Mas o Ministro está vendo o tanto que trabalhamos aqui. Por isso esta reunião tem sido extremamente importante, com a presença de tão ilustre convidado.

V.Exa. tem a palavra, ilustre Ministro Patriota.



O SR. MINISTRO ANTONIO PATRIOTA - Muito obrigado. Eu lamento, em razão do avançado da hora, não poder abordar todos os assuntos como gostaria, mas pelo menos quero fazer uma referência, ainda que breve.

Agradeço a intervenção ao Deputado Jonas Donizette. Eu concordo que precisamos de um trabalho mais bem coordenado sobre turismo. E o que eu diria, um pouco para refletir o que eu penso do papel do Itamaraty, até citando um antigo chanceler, é que em muitas situações o que a diplomacia faz é criar a nuvem, e na hora de fazer chover tem de pedir que outros interlocutores, outros atores contribuam para a chuva.

E eu lembro, por exemplo, o papel do Itamaraty no esforço de atrair para o Brasil a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Nós temos uma Coordenadoria no Itamaraty que cuida de grandes eventos esportivos, e sem a atuação da Ministra Vera Cíntia, que é quem dirige essa Coordenadoria, olhem, eu acho que dificilmente nós teríamos conseguido esse êxito, em particular em relação aos Jogos Olímpicos, uma batalha que foi muito dura. Criadas essas circunstâncias, nós estamos aí para cooperar com outras áreas de Governo, com o Ministério do Turismo, o Legislativo e outros atores, para criar essas condições.

Há o aspecto dos vistos. Eu até menciono que recentemente, numa viagem aos Estados Unidos, eu lembrei que foi criada uma posição ministerial no Brasil para melhorar os aeroportos, e que estão sendo convidados investidores estrangeiros para participarem também de parcerias público-privadas, e fiz uma propaganda desse esforço para atrair também investimentos nessa área, que eu acho que é um dos gargalos importantes que nós temos, mas em outras áreas é o setor privado que tem de atuar, não é? Na melhora dos hotéis, na infraestrutura, enfim, em outras áreas. De qualquer maneira, eu acho que esse é um tema importante.

E eu também recolhi aqui a contribuição do Deputado Leite sobre o substitutivo ao projeto que trata dos vistos eletrônicos, e vamos examinar isso com todo o cuidado. Está aqui o Subsecretário Embaixador Gradilone, que é o Chefe da Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, que cuida desse assunto, e manteremos um diálogo sobre toda essa questão dos vistos, sempre tentando atualizar, facilitar, na medida do possível, sem também descuidar de que a facilitação também às vezes vai na contramão de outros esforços, como o do



combate ao turismo sexual, que é uma questão fundamental, uma violação de direitos humanos que não podemos tolerar, assim como não toleramos internamente esse tipo de prática ou não toleramos que brasileiros no exterior se comportem dessa forma.

O Deputado Valente mencionou a questão do sigilo, que está agora nas primeiras páginas dos jornais, mas eu acho que seria inapropriado, para mim e para o Itamaraty, pronunciar-me a respeito do tema, no estágio atual em que o tema está sendo considerado, porque o Itamaraty já teve a oportunidade de apresentar o seu ponto de vista no processo interministerial que antecedeu à submissão ao Legislativo do projeto, de modo que eu deixo nas mãos da Ministra Ideli Salvatti essa interlocução e sentimo-nos plenamente representados por ela.

O senhor também falou do norte da África, da resolução sobre a Líbia, aliás um tema tratado, um pouco sob o mesmo viés, pelo Deputado Arlindo Chinaglia. O que eu posso dizer é que essa questão de dois pesos e duas medidas é uma preocupação permanente da Chancelaria brasileira. Se nós falamos sobre paz e segurança internacional, ou se falamos sobre direitos humanos, ou se falamos até mesmo sobre questões ambientais e outras, o Brasil em grande medida é percebido e atua muito nessa direção como um país que busca coerência, ou pelo menos o máximo de coerência na abordagem desses temas, e os senhores podem ter certeza de que também é o que busco na minha interlocução, que tem sido frequente, até por telefone, mas às vezes em pessoa, com diferentes membros do Conselho de Segurança, e eu incluo aí aqueles que compartilham mais das nossas opiniões.

Ontem mesmo eu falei com a Chanceler da África do Sul, que, interessantemente — aliás, eu acho que isto ficou claro, pelas manifestações do Presidente Zuma, da África do Sul —, votou em favor da Resolução 1.973, não foi um dos cinco que se abstiveram, mas hoje em dia condena também a implementação da resolução. Até mesmo o Presidente Zuma tentou fazer uma intermediação na Líbia, mas o avião dele não conseguiu aterrissar em razão do bloqueio do espaço aéreo, da maneira como aquilo estava sendo implementado pelos que assumiram a responsabilidade da implementação do § 4º, em particular.



Foi lembrada aqui a circunstância de o bombardeio ter começado quando o Presidente Obama estava no Brasil, mas aqui eu diria, em defesa do Presidente Obama, o seguinte: o Presidente Obama foi eleito Presidente dos Estados Unidos diferenciando-se das políticas que levaram a uma intervenção unilateral militar no Iraque, e essa foi uma das características que o distinguiram perante o eleitorado norte-americano no ano de 2008, de modo que isso eu acho que merece muito respeito também, porque o que nós devemos criticar, em primeiro lugar, é a intervenção militar que não conta com a cobertura internacional legal do Conselho de Segurança das Nações Unidas, como foi a intervenção militar no Iraque.

A intervenção na Líbia contou com o aval do Conselho de Segurança. O Brasil absteve-se, manteve uma posição de reserva. Algumas das apreensões que nós manifestamos por ocasião da votação revelaram-se fundamentadas, como a de outros, mas a verdade é que essa intervenção tem cobertura jurídica, e ela foi autorizada.

O que eu acho que é importante, para a comunidade internacional e para o Conselho de Segurança, é monitorar a implementação das resoluções do Conselho, e a preocupação nossa com a implementação da resolução tem sido manifestada. Eu falei com a Secretária de Estado Hillary Clinton, eu falei com o Ministro William Hague, do Reino Unido, que me telefonou no domingo, falei com o Ministro Alain Juppé, da França, e deixei muito claro que a nossa preocupação — até usei esta palavra — é sistêmica. Ela não deve ser interpretada como qualquer manifestação de aceitação das práticas do governo sírio ou da repressão que o Governo Kadafi leva a cabo contra a sua própria população. Ela simplesmente é uma manifestação que visa preservar as práticas adequadas, com base na Carta da ONU e no Direito Internacional, porque amanhã ou depois outros países resolverão interpretar resoluções a seu bel-prazer e nós teremos assim uma receita para pelo menos muita instabilidade, se não for até mesmo para o caos internacional.

E há outro ponto também que eu tenho comentado e que acho importante. Existe às vezes a prática de criação de grupos de contato por países que têm interesse numa situação especial. Isso pode ser um elemento, digamos, agregador, que facilita a promoção do consenso. Nós mesmos participamos de grupos de amigos do Haiti, por exemplo, na consideração de decisões do Conselho de



Segurança sobre o Haiti. Mas grupos de contato, que deliberam sobre matéria que é de exclusiva competência do Conselho de Segurança, eu acho que não estão contribuindo para o bom funcionamento do sistema. Por exemplo, discussões sobre apoio financeiro aos rebeldes líbios, ou armamento dos rebeldes líbios, quando existe um embargo de armas que se aplica à Líbia como um todo, só podem ser levadas a cabo no próprio Conselho de Segurança, e não podem ser extraídas do contexto jurídico apropriado para serem tratadas em outros âmbitos. Mais uma vez, é uma preocupação sistêmica, como eu transmiti aos senhores.

O Deputado Arlindo Chinaglia falou bastante sobre a Líbia. Eu acho que eu já respondi em parte. Quer dizer, as manifestações têm sido muito claras, no sentido dessa preocupação sistêmica, deixando claro, ao mesmo tempo, que nós votamos em favor da condenação da Líbia no Conselho de Direitos Humanos. Nós votamos em favor da primeira Resolução, a 1.970, que estabeleceu até mesmo embargos de armas e submeteu a questão da Líbia ao Tribunal Penal Internacional. Então, não se trata de tolerância diante da arbitrariedade ou da violência de um governo contra os seus nacionais, mas de uma preocupação com a justa implementação de decisões tomadas com base num instrumento que todos os membros da ONU assinaram, que é a Carta das Nações Unidas. E voltamos então a esse tema da coerência.

Foi feita uma referência aqui ao Bahrein, mais de uma vez; eu só diria, para que houvesse um equilíbrio na abordagem de cada questão, que a verdade é que existe um acordo entre os países do Conselho de Cooperação do Golfo, do qual faz parte o Bahrein e faz parte a Arábia Saudita, de um país vir em assistência ao outro, caso solicitado, de modo que isso é um entendimento sub-regional que encontra algum fundamento legal. Nós sempre podemos questionar...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas não político, não é, Ministro?

O SR. MINISTRO ANTONIO PATRIOTA - É, não político. E o que eu questionaria, aí, sim — e a atuação do Brasil foi neste sentido — é o fato de que se singularizem neste momento os países árabes, por exemplo, no Conselho de Direitos Humanos, para identificar ao menos que exista realmente um padrão que fuja do que está acontecendo em outros lugares. A nossa iniciativa, junto com outros países, como Suíça e Noruega, havia sido a de propor um debate sobre todo o mundo árabe, para que houvesse uma espécie de abordagem em conjunto dessas



situações, mas isso não prosperou devido a algumas resistências, em particular por parte do mundo ocidental.

Aliás, devo dizer o seguinte: falou-se aqui frequentemente como se os padrões do mundo ocidental fossem os mais elevados, mas eu acho que nós temos de manter vigilância. Nenhum país, por mais democrático, mais evoluído, mais civilizado que seja, e incluo aqui o Brasil entre eles, está acima do bem ou do mal quando se trata da aplicação da lei ou dos direitos humanos. Então, a vigilância, o monitoramento faz parte das tarefas, dos mecanismos nas Nações Unidas e no Conselho de Direitos Humanos em particular.

Lembro aqui que quando a Ministra Maria do Rosário se dirigiu ao Conselho de Direitos Humanos e falou do norte da África ela também tratou da questão da importância de que se tratem com humanidade e dignidade os imigrantes do norte da África, que estão fugindo em direção à Europa não porque querem, ou porque não gostam do seu país, mas porque estão enfrentando situações de conflito, de insegurança, e muitas vezes não têm outra alternativa, e não é sempre o que nós observamos quando lemos os noticiários também.

A Deputada Benedita mencionou muitos temas. Eu agradeço muito a ela a intervenção, em que mostra solidariedade com os países insulares do Caribe. Nós mesmos, no Itamaraty, promovemos a elaboração de um livro, para o que encomendamos artigos a cada país caribenho sobre a sua experiência como um país africano nas Américas. Eu vou enviar-lhe esse livro, porque é um compêndio muito bem feito, que nos aproxima dessas nações que desfrutaram de soberania, foram colonizadas, encontraram autodeterminação e têm independência, de modo que precisam ser respeitadas por esse prisma.

Os debates no MERCOSUL, a Convenção sobre Trabalho Doméstico, estrangeiros em nosso País, são, todas essas, agendas importantes, e o Itamaraty deseja cooperar e manter um diálogo com a própria Deputada e com outros segmentos do Congresso Nacional, para avançar em causas que eu acho que são legítimas e necessárias.

No que se refere ao tratamento dos estudantes e dos cidadãos africanos no Brasil, precisamos de uma atenção diferenciada para isso, sobretudo no Ano dos Afrodescendentes, em que devemos estar especialmente atentos para esse tipo de



situação, e trabalhamos em parceria também com a Ministra Luíza Bairros nessa agenda toda.

Em relação à Guiana Francesa, sem dúvida é fundamental continuarmos conversando com os franceses sobre a questão da reciprocidade. O que nós estamos fazendo agora é examinar no Itamaraty como é que nós podemos efetivamente passar a exigir visto também no sentido inverso, e como é que isso pode coadunar-se com o acordo migratório celebrado entre Brasil e União Europeia, porque isso talvez exija, digamos, alguma adaptação. Estamos aguardando o pronunciamento até mesmo da nossa consultoria jurídica sobre esse tema, mas é um tema que não vai desaparecer.

Eu tive a oportunidade de manifestar às autoridades francesas em mais de uma ocasião a inaceitabilidade dessa assimetria, pressionando-os ou, enfim, instigando-os, procurando persuadi-los a adotar a mesma postura do Brasil, o que seria, digamos assim, um resultado mais favorável no placar dos dois países, uma situação em que os dois sairiam ganhando, mas se isso não for possível teremos de recorrer à reciprocidade com base na imposição de restrições.

Eu acho que falamos suficientemente sobre a Espanha hoje aqui, e talvez um dos últimos pontos tenha sido esse acordo de 1989. O meu entendimento também é esse, qual seja, o de que prioritariamente ou sobretudo são submetidos à ratificação aqueles que acarretam encargos ou compromissos gravosos; todavia, para me pronunciar-me neste momento sobre um acordo de 1989 eu teria de fazer um pouquinho de pesquisa, mas lhe garanto que teremos também todo o interesse de esclarecer esse tipo de questão, porque são questões que tocam no cerne da relação entre a Câmara e o Itamaraty.

E eu queria só dizer uma palavrinha sobre a questão da carne com a Rússia, porque existem aí duas situações; uma delas é a restrição que a Rússia está impondo, e nós estamos coordenando-nos estreitamente com o Ministério da Agricultura, com o Ministro Wagner Rossi. O Vice-Presidente Michel Temer, que tinha acabado de ir à Rússia, chefiando uma delegação de alto nível, para um encontro com o Primeiro-Ministro Vladimir Putin, foi tomado de surpresa, porque o anúncio da medida foi feito logo depois dessa iniciativa; então, foi enviada uma carta às autoridades russas pedindo pelo menos 2 meses para que nós verifiquemos em



que medida algumas das exigências se justificam — parece-me que algumas efetivamente se justificam; outras não se aplicam, porque inclusive existe exigência, por exemplo, de controle de nível de radioatividade, e este é um País em que a energia nuclear é praticamente marginal, totalmente inexpressiva, de modo que isso não se aplicaria ao Brasil — para podermos ver em que medida chegamos ao entendimento.

Agora, a questão maior é a negociação da ascensão russa à OMC, e estamos negociando também um acesso que possa ser condizente com a penetração do produto brasileiro no mercado russo, que é um mercado fundamental para a carne bovina e carne suína.

Espero ter mais ou menos coberto essas últimas perguntas, e terei muito prazer em continuar essa conversa durante o almoço com aqueles que estiverem participando desse nosso almoço de confraternização entre o Itamaraty e a Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Alberto Leréia) - Esta Presidência agradece a participação ao Ministro. Em relação aos assuntos que ficaram ainda pendentes aqui nós poderemos ainda continuar o debate, com o convite do Sr. Ministro para o almoço no Palácio do Itamaraty.

Esta Presidência agradece, de maneira especial, a presença ao Chanceler e também aos diplomatas que servem esta Comissão, os Diplomatas Sérgio Danese, Vera Campetti e Nilo Barroso, que têm prestado relevantes serviços tanto à Comissão quanto ao Ministério das Relações Exteriores. Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião, e convoco outra para a próxima quarta-feira, no horário regimental.

Muito obrigado.